



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

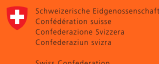
MANUAL DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS MIGRAÇÕES

Migrações Sul-Sul e desenvolvimento



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



Manual de
investigação

ACPOBS/2011/PUB01

2011

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quênia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2011 International Organization for Migration (IOM)

© 2011 ACP Observatory on Migration

Documento preparado por Rudolf Anich, Encarregado de Estudos, Brahim El Mouaatamid, Assistente de Estudos, e Susanne Melde, Encarregada de Estudos, Observatório ACP das Migrações. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.

AGRADECIMENTOS

A equipa de estudos do Observatório ACP das Migrações gostaria de expressar a sua gratidão ao Secretariado do Grupo dos Estados ACP e à União Europeia pelo apoio prestado. Do mesmo modo, gostaríamos de agradecer a todos os membros do *Conselho Consultivo Académico* do Observatório ACP os comentários e o retorno úteis fornecidos.

Para além disso, os autores gostariam de agradecer a Sandra Paola Alvarez Tinajero, Rosilyne Borland, Sarah Craggs, Poonam Dhavan, Yitna Getachew, Patrice Quesada, Simona Vezzoli e Elizabeth Warn pelo retorno fornecido.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS SELECCIONADOS	7
PREFÁCIO	11
 INTRODUÇÃO.....	 13
 Parte A – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E FONTES DE DADOS	 16
A.1 Definições recomendadas para os próximos estudos de investigação	18
A.2 Fontes de dados úteis sobre migração internacional.....	26
A.3. Lista de verificação para fontes de dados internacionais úteis.....	34
 Parte B - INVESTIGAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	 39
B.1 Impacto da migração sobre o desenvolvimento	39
B.2 Indicadores de medição do impacto.....	41
 Parte C – EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO POR TEMA	 44
C.1 Impacto da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento humano.....	46
C.2 Remessas Sul-Sul.....	54
C.3 Diásporas nos países ACP	64
C.4 Migração laboral Sul-Sul	68
C.5 Tráfico de pessoas nos e dos países ACP	73
C.6 Migração e saúde	80
C.7 Migração e ambiente	85
 ANEXOS	 102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Impactos da migração sobre o desenvolvimento	48
Tabela 2: Ferramenta de inquérito ao nível doméstico - Receptores de remessas: questões na Parte II sobre remessas	55
Tabela 3: Questões sobre políticas e investigação para a análise de remessas de trabalhadores	58
Tabela 4: Tabulações recomendadas para a medição de populações, fluxos e remessas de migrantes.....	69
Tabela 5: Modelo para a recolha de dados sobre vítimas de tráfico de pessoas	75
Tabela 6: Escalas espaciais e temporais de processos ambientais e migratórios	86
Tabela 7: Descrição geral abrangente da relação migração-ambiente	87
Tabela 8: Características das diferentes abordagens para avaliar a relação migração- ambiente	88
Tabela 9: Passos de investigação e questões de concepção do Projecto EACH-FOR.....	90
Tabela 10: Síntese das directrizes da estrutura de adaptação às alterações climáticas	92
Tabela 11: Síntese da avaliação do projecto piloto.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS SELECCIONADOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica	CRA	Avaliação de riscos para a comunidade (Community Risk Assessment)
ABM	Modelação baseada no agente (Agent-based modelling)	CSA	Área de estudo de caso (Case Study Area)
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	CTM	Módulo contra o tráfico (Counter-Trafficking Module)
ACP	Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico	CVCA	Análise da capacidade e vulnerabilidade climática (Climate Vulnerability and Capacity Analysis)
AIA	Avaliação do Impacto Ambiental	DHS	Inquéritos demográficos e de saúde (Demographic and Health Surveys)
AIS	Avaliação do Impacto Social	DIOC	Base de dados sobre imigrantes nos países da OCDE (Database on Immigrants in OECD Countries)
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento	EACH-FOR	Projecto sobre alterações climáticas e cenários de migração forçada (Environmental Change and Forced Migration Scenarios)
BMI	Ministério Federal do Interior da Áustria	EM-DAT	Base de dados internacional sobre desastres
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento	FGD	Debates de grupo de foco (Focus Group Discussions)
CARIM	Consórcio Euro-Mediterrânico para a Investigação Aplicada sobre Migrações Internacionais	FGMD	Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento
CBR	Investigação baseada na comunidade (Community-Based Research)	FMI	Fundo Monetário Internacional
CCA	Adaptação às alterações climáticas (Climate Change Adaptation)	GDN	Rede de desenvolvimento global (Global Development Network)
CDG	Centro para o Desenvolvimento Global	HAPI	Entrevista directa com a utilização de um computador portátil
CE	Comissão Europeia		
CIDPM	Centro Internacional para o Desenvolvimento das Políticas Migratórias		
CITP	Classificação Internacional Tipo das Profissões		
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento		

	(Handheld-assisted personal interviewing)	LSMS	Estudos de medição da qualidade de vida (Living Standards Measurement Studies)
IDE	Investimento Directo Estrangeiro		
IDH	Indicador do Desenvolvimento Humano	MARS	Inquérito sobre migração e remessas (Migration and Remittances Survey)
IDMC	Centro de monitorização de deslocação internacional (International Displacement Monitoring Centre)	MPI	Instituto de políticas de migração (Migration Policy Institute)
IES	Inquéritos de rendimentos e receitas (Income Expenditure Surveys)	MTO	Organização de transferência monetária (Money Transfer Organization)
IFT	Inquérito às Forças de Trabalho	OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos
IHSN	Rede de inquéritos domésticos internacionais (International Household Survey Network)	OCHA	Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
ILMS	Estatísticas de migração laboral internacional (International Labour Migration Statistics)	OIM	Organização Internacional para as Migrações
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares	OIT	Organização Internacional do Trabalho
ippr	Instituto de investigação em políticas públicas (Institute for Public Policy Research)	OMS	Organização Mundial da Saúde
		ONU	Organização das Nações Unidas
IPUMS	Série de microdados de utilização pública integrada (Integrated Public Use Microdata Series)	ONUSIDA	Programa das Nações Unidas para a SIDA
		OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
IST	Infecção Sexualmente Transmitida	PAPU	União postal pan-africana (Pan African Postal Union)
IUE	Instituto Universitário Europeu		
IUSSP	União internacional para o estudo científico da população (International Union for the Scientific Study of the Population)	PHAMSA	Parceria sobre VIH e mobilidade na África Austral (Partnership on HIV and Mobility in Southern Africa)
		PIB	Produto Interno Bruto

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		Nations Department of Economic and Social Affairs)
RDC	República Democrática do Congo	UNGMD	Base de dados das Nações Unidas sobre a migração global (United Nations Global Migration Database)
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
RDS	Amostragem conduzida pelo inquirido (Respondent-driven Sampling)	UNLDC	Conferência das Nações Unidas sobre os Países menos Desenvolvidos (United Nations Conference on the Least Developed Countries)
REM	Rede Europeia das Migrações		
RRD	Redução de risco de desastres		
RSIM	Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration)	UNODC	Gabinete das Nações Unidas para a droga e a criminalidade (United Nations Office on Drugs and Crime)
SADC	Comunidade de desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community)	UNSD	Divisão de estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division)
SAMP	Projecto de migração na África Austral	UPU	União Postal Universal
SIDA	Síndrome de imunodeficiência adquirida	USAID	Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional (United States Agency for International Development)
SIG	Sistema de Informação Geográfica	VCA	Análise da capacidade e vulnerabilidade (Vulnerability and Capacity Analysis)
SLA	Abordagem de meios de subsistência sustentáveis (Sustainable Livelihoods Approach)	VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
TiP	Tráfico de pessoas (Trafficking in Persons)	WDI	Indicadores de desenvolvimento mundial (World Development Indicators)
UA	União Africana		
UE	União Europeia	WFS	Inquérito mundial sobre a fertilidade (World Fertility Survey)
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (United		

PREFÁCIO

Estimados leitores e investigadores,

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), fundado pela União Europeia. Foi implementado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num Consórcio com 15 parceiros. Este Consórcio foi encarregado pelo Secretariado ACP de levar a cabo e orientar as actividades de investigação destinadas a desenvolver análises de migração Sul-Sul para contribuir com informações para as políticas sobre mobilidade humana e desenvolvimento. O Observatório ACP das Migrações é um dos três componentes do mecanismo de migração intra-ACP (intra-ACP Migration Facility), também liderado pelo Secretariado ACP.

O Secretariado ACP reconhece que a mobilidade contribui para melhorar as capacidades das pessoas e para a expansão das escolhas individuais, no sentido de alcançar melhores padrões de vida sobretudo através da redução da pobreza e da melhoria do acesso ao ensino em diferentes níveis e condições de saúde. O Secretariado ACP reconhece a importância da coerência institucional e de políticas, coerência que pode ser alcançada criando um consenso global abrangente relativo à mobilidade que veja a migração como uma estratégia de subsistência. Para além disso, o Secretariado ACP pretende criar uma estrutura de mobilidade humana em que os benefícios da mobilidade Sul-Sul superem os custos. A questão está em saber se existe âmbito para melhorias significativas nas políticas e instituições para tornar os processos de migração um factor positivo para o desenvolvimento. Isto seria possível através da captura dos ganhos substanciais latentes e das necessidades não correspondidas facilmente alcançáveis. A mobilidade pode alcançar o seu potencial total se alguns pré-requisitos relacionados com as liberdades fundamentais do ser humano forem respeitados, incluindo os relacionados com a liberdade de movimento.

Este Manual de Investigação destina-se a garantir uma abordagem comum e harmonizada nos estudos orientados para as políticas conduzidos por ou em nome do Observatório ACP. Apresenta as definições dos principais conceitos utilizados pelo Consórcio e pelo Observatório ACP para os futuros estudos conjuntos, bem como exemplos práticos em primeira mão dos estudos sobre questões relevantes relativas à migração Sul-Sul que podem ser úteis para os parceiros locais ao desenvolver e elaborar as propostas de investigação.

Estes esforços combinados destinam-se a promover a criação de políticas mais baseadas em provas, bem como a garantir a sustentabilidade e a propriedade por parte dos governos de iniciativas de investigação conduzidas por ou em nome do Observatório ACP.





Dr. Mohamed Ibn Chambas
Secretário Geral

Secretariado do Grupo dos Estados ACP

INTRODUÇÃO

Muitos países ACP não possuem informações fiáveis e actualizadas sobre a migração. Os estudos de investigação adicionais capazes de preencher a lacuna de dados existente são da maior importância para identificar o contributo da migração para o desenvolvimento. Assim, um dos principais objectivos do Observatório ACP das Migrações (doravante Observatório ACP) consiste em promover uma melhor compreensão dos padrões de migração nos países ACP. A melhoria dos conhecimentos é essencial para identificar possíveis formas de como a migração pode contribuir para o desenvolvimento nestes países. Assim, o Observatório ACP começou a reunir informações sobre os estudos e projectos de investigação existentes relativos a diferentes aspectos da migração ou relevantes para a migração e o desenvolvimento nos 79 Estados ACP.

O Observatório ACP identificou importantes necessidades de investigação para os doze países alvo, em colaboração com e apoiado por homólogos nacionais, que servirão como base para a preparação de futuros anúncios de concursos para estudos de investigação a implementar em nome do Observatório ACP. As actividades do programa do Observatório ACP das Migrações serão implementadas inicialmente em doze países piloto, nomeadamente Angola, Camarões, República Democrática do Congo, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Senegal, Tanzânia, Timor-Leste e Trindade e Tobago, sendo progressivamente alargada a outros países ACP interessados.

Estão disponíveis conhecimentos sobre a migração intra-ACP, embora em diferentes dimensões nos países e nas regiões ACP. É possível que alguns estudos estejam desactualizados, outros podem abranger apenas questões específicas, verificando-se conseqüentemente lacunas de dados relevantes. Foi realizado um esforço para começar a reunir os dados num local central para melhorar a respectiva divulgação aos investigadores interessados de países ACP e da UE. As informações existentes sobre a migração Sul-Sul e sobre aspectos relacionados com o desenvolvimento nos países ACP foram compiladas no Compêndio¹ de estudos sobre a mobilidade ACP, bem como descrições gerais ao nível nacional e regional sobre a migração e o desenvolvimento nos 12 países piloto do Observatório ACP e nas 6 regiões ACP.² Em conjunto com ligações úteis a fontes de dados internacionais, estes documentos são disponibilizados na página web do Observatório ACP com o objectivo de funcionar como recurso essencial de informações e análises sobre a migração e o desenvolvimento nos países ACP.

Adicionalmente, espera-se que o Observatório ACP proceda à recolha e à análise de novos dados. De facto, com base nas necessidades de investigação identificadas nos resumos relativos aos 12 países e às 6 regiões, e debatidas ao nível nacional e regional, foi elaborado um plano de investigação pelo Observatório ACP. A partir de maio de 2011, o Observatório abriu diferentes anúncios de concursos a instituições nacionais e internacionais, bem como a investigadores individuais nos países ACP e da UE. O Observatório ACP desenvolveu este Manual de Investigação

¹Consultar <http://www.acpmigration-obs.org/node/5>.

²Consultar <http://www.acpmigration-obs.org>, países e regiões.

para promover uma abordagem metodológica harmonizada e comum para futuros estudos de investigação levados a cabo por ou em nome do Observatório ACP.

O Observatório ACP pretende melhorar as capacidades de investigação locais i) promovendo uma abordagem dupla baseada na especialização e na experiência dos parceiros do Consórcio e ii) implementando actividades de criação de capacidades complementares, tais como formação relativa à gestão e à análise de dados.

Não obstante a variedade de manuais de investigação existentes, o Observatório ACP concluiu que era necessário preparar uma ferramenta de orientação à medida das necessidades de investigação nos países ACP e do plano de investigação do Observatório ACP. Os aspectos básicos dos métodos de investigação qualitativa e quantitativa não se alteram consideravelmente ao longo do tempo. Porém, praticamente não existe consenso ou definição aceite internacionalmente relativamente à migração. É frequente utilizarem-se diferentes compreensões para conceitos chave, tais como "migrante" e "diásporas". A maior parte dos manuais de investigação existentes parece ser mais adequada às necessidades de investigação no contexto da mobilidade humana em países com infra-estruturas a funcionar bem para a recolha e a análise de dados, como por exemplo registos, com a excepção notável da publicação "*Migrants Count*" (Contagem de migrantes) do Centro para o Desenvolvimento Global (2009). Do mesmo modo, podem ser manuais bastante extensos que exigem algum tempo de leitura, não se adequando a consultas breves. Os detalhes técnicos e as considerações teóricas também podem contribuir para a extensão de alguns manuais. Para além disso, os manuais podem debater as fontes existentes, sem fornecer uma lista abrangente de novas fontes, tais como a base de dados sobre a migração global da Divisão de população das Nações Unidas.

De que modo este Manual de Investigação pode facilitar a investigação nos países ACP?

Em resposta às limitações das ferramentas de investigação existentes, o Manual destina-se a adicionar valor através das seguintes acções:

1. Promover a compreensão comum dos conceitos e o respeito pelas definições acordadas internacionalmente

Relativamente à recolha de novos dados, à análise das estatísticas existentes e à compilação de informações qualitativas na estrutura do Observatório ACP, este manual deve ser utilizado como referência no que diz respeito às definições de conceitos chave. O presente Manual de Investigação deve constituir uma ferramenta de criação de capacidades para investigadores que estejam a desenvolver e a implementar estudos de investigação em colaboração com o Observatório ACP e com os membros do Consórcio. A lista de definições chave indicada neste Manual destina-se a tornar os estudos futuros do Observatório ACP tão comparáveis quanto possível. Para além dos investigadores que conduzam estudos para o Observatório ACP e para os respectivos parceiros, espera-se que os termos sejam aplicados e divulgados pelos parceiros locais.

2. Estabelecer o foco nas necessidades de investigação e ser específico em termos de contexto para os países ACP

As recomendações relativas às definições de conceitos chave e às boas práticas de investigação destinam-se a abordar os contextos específicos dos países ACP e de outros países em desenvolvimento. A utilização e a exploração dos dados existentes são promovidas tanto quanto possível para assegurar que os estudos possam ser realizados sem a implicação excessiva de recursos, apesar de determinadas limitações encontradas nas estatísticas e nas informações disponíveis.

3. Fornecer exemplos e modelos de boas práticas

A ilustração de boas práticas relativamente às metodologias de investigação existentes destina-se a inspirar os parceiros nacionais na preparação de estudos de investigação, ao nível quantitativo, qualitativo ou combinado. Os exemplos práticos de investigação incluem, *entre outros*, modelos para questões utilizadas em inquéritos de remessa, possíveis indicadores para medir o impacto da migração sobre o desenvolvimento e outros questionários que possam ser úteis.

Este Manual de Investigação está estruturado em três partes. A primeira parte apresenta conceitos chave relacionados com a migração internacional. Nesta parte, recomenda-se uma definição para cada noção a utilizar, quando possível, em futuros estudos de investigação do Observatório ACP. Uma descrição das principais bases de dados internacionais como fontes de informação conclui esta parte. A segunda parte debate resumidamente a importância da investigação para a migração e o desenvolvimento, indicando os potenciais impactos da migração sobre o desenvolvimento e os possíveis indicadores para a medição. A terceira parte apresenta exemplos de boas práticas de investigação por tema, fornecendo sugestões para o desenvolvimento de um projecto de investigação e referências úteis para obter mais informações e orientações.

A presente ferramenta destina-se a ser um "documento vivo", em que as metodologias piloto testadas sob a estrutura das actividades de investigação do Observatório ACP serão adicionadas posteriormente. Isto assegurará a partilha das lições aprendidas, as boas práticas e as abordagens à medida do contexto das diferentes regiões e países ACP. Assim, este Manual deve ser considerado um trabalho em curso.

PARTE A – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E FONTES DE DADOS

A relação migração-desenvolvimento recebeu mais atenção da comunidade internacional e dos decisores políticos nos países de origem e de destino dos migrantes ultimamente. No entanto, os dados e as informações disponíveis sobre migração internacional costumam estar sujeitos a fraquezas e inconsistências. Existe uma necessidade urgente de estudos de base empírica que adoptem análises estatísticas saudáveis para uma investigação mais orientada para as políticas.

A principal questão ao desenvolver e comparar estatísticas de migração internacional é a diferença ao definir um "migrante internacional" e diferentes "grupos de migrantes". Outras questões estão relacionadas com a disponibilidade e exaustividade das fontes de dados.

Os conceitos chave relevantes para as estatísticas de migração internacional são desenvolvidos sob a liderança das Nações Unidas, tendo sido realizados esforços durante cerca de um século para harmonizar o processamento de estatísticas de migração internacional. Até ao momento, as tentativas resultaram apenas em recomendações ignoradas em grande medida. Os exemplos incluem as recomendações do Instituto Internacional de Estatística produzidas em 1891 e 1901, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1922 e das Nações Unidas em 1976 e a revisão mais recente de 1998, a que faremos referência no presente manual.

O conceito de migração implica o movimento durante um determinado período, de um local para outro. A migração define-se como a mudança do local de residência habitual.³ Ao falar em migração internacional, o local de origem e o local de destino são em dois países diferentes e em que uma ou várias fronteiras têm de ser atravessadas. Consequentemente, a mudança do local de residência habitual dentro das fronteiras de um país é considerada migração interna.

As informações relativas às pessoas que atravessam fronteiras internacionais são recolhidas de forma diferente consoante os países, ou seja, por país de nascimento e/ou por país de cidadania e/ou por histórico de migração/descendentes de nascidos no estrangeiro (denominados 2ª ou 3ª geração), dificultando a realização de comparações internacionais. O local de nascimento é um critério objectivo que, geralmente, não se altera, mas apresenta a desvantagem de contar como imigrantes todos os cidadãos nacionais nascidos no estrangeiro. A cidadania é legalmente relevante, mas pode alterar-se com o tempo, ser acumulada (dupla cidadania) e incluir pessoas que na realidade não migraram. Por fim, ser descendente de um nascido no estrangeiro diz respeito à origem ou ao grupo étnico de uma pessoa, sendo geralmente menos considerado nos sistemas de recolha de dados, mas é um facto que pode ser relevante ao conduzir estudos relativos à diáspora. Devido a estas diferenças, é extremamente importante clarificar sempre as informações disponíveis e o significado concreto dos conceitos utilizados.

Para além das recomendações formuladas pela ONU em 1998, a duração da estadia costuma ser utilizada para criar outras categorizações das populações de migrantes. Com base no período

³ Consulte o ponto A.2 relativamente à definição de "local normal de residência".

passado no estrangeiro, é igualmente possível identificar migrantes a longo prazo, migrantes a curto prazo, migrantes temporários e migrantes permanentes (migrantes que se estabelecem no país), trabalhadores migrantes sazonais (apenas durante uma parte do ano) e trabalhadores transfronteiriços (trabalho diário ou semanal).

Outro critério consiste no propósito, no motivo ou na razão para o movimento, que se costumam dividir em factores de repulsão e atracção. Este critério permite o agrupamento de movimentos relacionados com o trabalho/emprego (migrantes laborais), migração relacionada com a família (formação e reunificação da família), movimentos relacionados com o ensino e a vocação (estudantes internacionais). Adicionalmente, é estabelecida a distinção entre migração forçada (como por exemplo vítimas de tráfico de pessoas, refugiados e requerentes de asilo) e migração voluntária. Porém, deve mencionar-se que o objectivo ou a causa do movimento tem uma natureza mais qualitativa, menos objectiva, relacionando-se frequentemente com outros motivos, por exemplo vários factores que possam levar uma pessoa a mudar-se para o estrangeiro.

O inventário mais exaustivo dedicado inteiramente aos conceitos relacionados com a migração é o "Glossário da migração – 2ª edição" (Glossary on Migration – 2nd Edition) (2011) da OIM.⁴ O "Dicionário Demográfico Multilingue" contém definições de conceitos básicos relacionados com a migração do ponto de vista estatístico e demográfico.⁵ No entanto, os glossários com secções sobre conceitos básicos e terminologia sobre migração encontram-se nos anexos de muitas publicações internacionais e regionais, relatórios anuais, anuários e outras publicações de organizações internacionais e institutos de investigação que se dedicam às questões da migração e do desenvolvimento.

Esta parte apresenta conceitos chave relacionados com a migração internacional conforme recomendado pela ONU (revisão 1 de 1998) ou utilizados de forma comum pelas agências internacionais, organismos regionais compostos pelos Estados ACP. Também são indicadas definições úteis retiradas de glossários existentes produzidos por instituições de investigação. No caso de não se chegar a uma definição consensual ou comum para um determinado conceito, o Observatório ACP recomenda a definição mais adequada para o contexto Sul-Sul e/ou ACP. Sempre que possível, devem utilizar-se as definições propostas em todos os futuros estudos de investigação do Observatório ACP.

⁴Outras organizações estabeleceram glossários mais ou menos exaustivos: OCDE, Glossário de termos estatísticos <http://stats.oecd.org/glossary>; Glossário da Rede Europeia das Migrações (REM) <http://emn.sarenet.es/Glossary/index.do#F>; Glossário da OIT, Trabalho digno em todo o mundo (Decent Work Worldwide) http://www.decent-work-worldwide.org/index.php?option=com_glossary&func=view&Itemid=67&catid=14&term=ILO.

⁵ UNDESA e IUSSP 1958 <http://www.demopaedia.org>

A.1 Definições recomendadas para os futuros estudos de investigação do Observatório ACP das Migrações

Um dos principais objectivos do Observatório ACP consiste em produzir dados e informações internacionalmente equiparáveis que possam servir para identificar tendências comuns e necessidades de investigação nos países ACP. Das diferentes definições propostas nos glossários existentes, esta secção recomenda ***uma definição relativa a cada conceito chave para utilizar, sempre que possível, em todos os futuros estudos de investigação do Observatório ACP.***

O conjunto de definições sugeridas foi compilado sobretudo a partir das definições existentes estabelecidas por organizações internacionais, intergovernamentais e regionais. Uma vez que a definição do mesmo conceito pode mudar de uma fonte para outra, na selecção da definição a utilizar nos futuros estudos realizados por ou em nome do Observatório ACP, consideraram-se os seguintes critérios:

- Recomendações dadas pelas Nações Unidas ou por organizações internacionais;
- Definições utilizadas pelos países ACP ou por organizações regionais nas regiões ACP;
- Outras definições adequadas e aplicáveis no contexto ACP.

As definições recomendadas devem ser utilizadas pelos membros do Consórcio, por homólogos locais e por investigadores ao conduzir estudos em nome do Observatório ACP, particularmente ao implementar ferramentas de investigação quantitativa. No entanto, em alguns casos, os objectivos e/ou o contexto específico da investigação num país ACP podem exigir adaptações da definição recomendada. É extremamente importante indicar de forma clara e concisa qualquer variação à definição proposta para permitir a comparação de dados posteriormente.

Inicialmente, apresentam-se os conceitos básicos relacionados com a migração, tais como o país e o local de residência normal, migrante internacional (a curto e longo prazo) e populações e fluxos de migrantes. Os últimos dois conceitos são sobretudo utilizados por estatísticos, economistas e demógrafos e podem não ser de utilização e compreensão comum para os profissionais da migração com outros percursos académicos.

País de residência habitual: o país em que uma pessoa vive, ou seja, o país onde a pessoa tem um local para viver e onde costuma passar o período de descanso diário. As deslocções temporárias ao estrangeiro em lazer, férias, visitas a amigos e familiares, negócios, tratamento médico ou peregrinação religiosa não implicam a mudança do país de residência habitual de uma pessoa.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

Local de residência habitual: o local onde a pessoa viveu continuamente na maior parte dos últimos 12 meses (ou seja, durante pelo menos seis meses e um dia), não incluindo ausências temporárias para férias ou viagens de negócios, ou onde tenciona viver durante pelo menos seis meses; e/ou o local onde a pessoa viveu continuamente durante pelo menos os últimos 12 meses, não incluindo ausências temporárias para férias ou viagens de negócios, ou onde tenciona viver durante pelo menos 12 meses.

[Fonte: ONU, 2008, The UN Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, pág. 102, http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_Rev2.pdf].

Migrante internacional: um migrante internacional é qualquer pessoa que mude de país de residência habitual.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

Migrante a longo prazo: uma pessoa que se muda de país que não o país de residência habitual durante um período mínimo de um ano (12 meses), de modo a que o país de destino se torne de facto o novo país de residência habitual.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

Migrante a curto prazo: uma pessoa que se muda de país que não o país de residência habitual durante um período mínimo de 3 meses, mas inferior a um ano (12 meses), excepto nos casos em que o movimento para esse país seja em lazer, férias, visitas a amigos e familiares, negócios, tratamento médico ou peregrinação religiosa.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

População de migrantes: todas as pessoas que vivam num país num ponto específico no tempo e que já tenham experimentado um movimento de migração. A população de migrantes internacionais presentes num país corresponde ao conjunto de pessoas que alguma vez tenham mudado de país de residência habitual; ou seja, pessoas que tenham passado pelo menos um ano das respectivas vidas num país que não aquele em que vivem no momento em que os dados sejam recolhidos.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

Fluxos de migrantes: todas as pessoas que tenham migrado durante um período de tempo específico (geralmente um ano). Os fluxos de entrada de migrantes internacionais correspondem à chegada de pessoas que estejam a mudar de país de residência, ao passo que os fluxos de saída de migrantes internacionais correspondem à partida de pessoas que estão a mudar de país de residência.

[Fonte: UNDESA/Divisão de Estatística, 1998, Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais (Recommendations on Statistics of International Migration) – Revisão 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf].

Migração Sul-Sul: movimento de migrantes internacionais entre países que não atinjam um índice de desenvolvimento muito elevado (IDH) de acordo com a classificação do PNUD. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (RDH), os primeiros 42 países classificados pelo respectivo IDH alcançaram um nível de IDH muito elevado e são por isso considerados "países desenvolvidos". Considera-se que os restantes países da lista do PNUD pertencem ao Sul e os movimentos populacionais entre estes países dizem respeito à migração Sul-Sul. A lista de países classificados de acordo com o respectivo IDH está disponível na página web do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH): <http://hdr.undp.org/en/statistics/>.

[Fonte: Adaptado de Bakewell, O., 2009, South-South Migration and Human Development, reflections on African Experiences. *Human Development Report Research Paper*, 2009/07, http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_07.pdf].

Migração interna: um movimento de pessoas de uma área de um país para outra área do mesmo país com o objectivo de estabelecer uma nova residência. A migração pode ser temporária ou permanente. Os migrantes internos deslocam-se, mas permanecem no respectivo país de origem (por exemplo migração do meio rural para o meio urbano).

[Fonte: OIM, 2011 *Glossário da migração*, 2ª edição (Glossary on Migration – 2nd Edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>].

Trabalhador migrante: uma pessoa que vai exercer; exerce ou exerceu uma actividade remunerada num Estado de que não é nacional.

[Fonte: Art. 2(1), Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families), 1990, <http://www2.ohchr.org/english/law/cmw.htm>].

Migração laboral: movimento de pessoas do respectivo Estado de origem para outro Estado para trabalhar. A migração laboral é abordada pela maior parte dos Estados nas respectivas leis relativas à migração. Para além disso, alguns Estados assumem um papel activo na regulamentação da emigração laboral e na procura de oportunidades para os cidadãos nacionais no estrangeiro.

[Fonte: OIM, 2011 *Glossário da migração*, 2ª edição (Glossary on Migration – 2nd Edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>].

Migrante qualificado: um trabalhador migrante que, devido às respectivas qualificações ou à experiência profissional adquirida, costuma receber tratamento preferencial relativamente à admissão num país anfitrião (estando por isso sujeito a menos restrições no que diz respeito à duração da estadia, à mudança de emprego e à reunificação da família).

[Fonte: OIM, 2011 *Glossário da migração*, 2ª edição (Glossary on Migration – 2nd Edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>].

Migração circular: movimento fluido de pessoas entre países ou locais, incluindo o movimento temporário ou a longo prazo. A migração circular diz respeito a experiências migratórias repetidas envolvendo mais do que uma emigração e um regresso, e inclui a migração interna ou rural-urbana.

[Fonte: Adaptado de OIM, 2011 *Glossário da migração* 2ª edição (Glossary on Migration - 2nd edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>; Wickramasekara, P., 2011, Circular Migration: A Tripe Win or a Dead End, *Discussion Paper No. 15*, OIT, Genebra, <http://www.gurn.info/en/discussion-papers/no15-mar11-circular-migration-a-triple-win-or-a-dead-end>].

Diásporas: pessoas que vivem fora do respectivo país de origem, independentemente da cidadania e da nacionalidade e que estão dispostas a contribuir para o desenvolvimento do respectivo país e/ou comunidade de origem.

[Fonte: adaptado para ser utilizado por todos os países ACP da União Africana, 2005, Reunião de peritos dos Estados-Membros sobre a definição da diáspora africana (Expert Meeting from Member States on the Definition of the African Diaspora), 11-12 de Abril de 2005, Adis Abeba, Etiópia,

<http://www.africa-union.org/organs/ecossoc/Report-Expert-Diaspora%20Defn%2013april2005-Clean%20copy1.doc>].

Diásporas digitais: diásporas organizadas na Internet. [...] Utilizam a Intranet para negociar a respectiva identidade e promover a solidariedade; aprender, explorar e incorporar [...] valores; e mobilizar para alcançar [...] a influência de políticas, objectivos de serviço e participação económica no território.

[Fonte: Adaptado de Brinkerhoff, J., 2009, *Digital Diasporas, Identity and Transnational Engagement*, Cambridge University Press, Nova Iorque].

Transnacionalismo: processo através do qual as pessoas estabelecem e mantêm ligações socio-culturais atravessando fronteiras geopolíticas.

[Fonte: OIM, 2011 *Glossário da migração*, 2a edição (Glossary on Migration – 2nd Edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>].

Remessa: quantia de compensação de funcionários e transferência pessoal de trabalhadores transfronteiriços, sazonais e outros trabalhadores a curto prazo que estejam empregados numa economia onde não residem e de residentes empregues por entidades não residentes.

Compensação de funcionários: rendimento de trabalhadores migrantes que vivem no país anfitrião há menos de um ano e rendimento de trabalhadores residentes empregados em embaixadas, instituições internacionais e empresas estrangeiras;

Transferências pessoais: todas as transferências correntes em dinheiro ou em espécie feitas ou recebidas por migrantes para ou de indivíduos no país de origem.

Itens suplementares relacionados com remessas: (i) "Remessas pessoais" (quantia correspondente a transferências pessoais e compensação líquida ou "após descontos" de trabalhadores não residentes), (ii) "total de remessas" (quantia de remessas pessoais e de benefícios sociais) e (iii) "total de remessas e transferências para instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias" (ISFLSF, incluindo também donativos). Estes três itens são considerados suplementares, mas não obrigatórios para as estatísticas de remessas. São medidas cumulativas de diferentes itens. Para assegurar a consistência das sucessões cronológicas, as remessas dos trabalhadores serão incluídas nas estatísticas como item suplementar.

[Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2009, Manual da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (*Balance of Payments and International Investment Position Manual*), 6ª edição (BPM6), FMI, Washington, D.C., <http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>]

Remessa informal: todas as transferências monetárias e em espécie de bens através de canais que não os bancos e outras instituições financeiras (como por exemplo instituições de microfinanciamento, Instituições Financeiras Monetárias e serviços postais) capturadas nas balanças de pagamentos nacionais conforme estabelecido na definição do FMI para "remessas financeiras internacionais" (consulte a definição de remessa acima).

[Fonte: Definição própria, Observatório ACP das Migrações, 2011].

Migrante irregular: uma pessoa que, devido a entrada não autorizada, incumprimento de uma condição de entrada ou expiração do respectivo visto, não dispõe de estatuto legal num país de trânsito ou anfitrião. A definição abrange, entre outras, as pessoas que tenham entrado legalmente num país de trânsito ou anfitrião, mas que tenham permanecido durante um período superior ao autorizado ou que se tenham envolvido posteriormente em emprego não autorizado (sinónimo de migrantes clandestinos/não documentados ou migrantes em situação irregular). O termo "irregular" é preferível ao termo "ilegal", uma vez que o último implica uma conotação criminal e é visto como negando aos migrantes o carácter de humanidade.

[Fonte: OIM, 2011 *Glossário da migração*, 2a edição (Glossary on Migration – 2nd Edition), IML N.º 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>].

Tráfico de pessoas: o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração.

[Fonte: Artigo 3º(a) do Protocolo da ONU relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças (UN Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children), adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional (United Nations Convention against Transnational Organized Crime), 2000,

http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_%20traff_eng.pdf].

Tráfico ilícito de migrantes: o facilitar da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, um benefício financeiro ou outro benefício material.

[Fonte: Artigo 3º(a) do Protocolo da ONU contra o Tráfico ilícito de migrantes por via terrestre, marítima e aérea, que completa a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (UN Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air), adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado (United Nations Convention against Transnational Organized Crime United Nations), 2000,

http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_smug_e ng.pdf].

Refugiado: uma pessoa receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.

[Fonte: Artigo 1A (2) da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados modificada pelo Protocolo de 1967].

Requerente de asilo: uma pessoa que deixou o país de origem, requereu o reconhecimento como refugiado noutro país e está a aguardar a decisão.

Pessoas deslocadas internamente: pessoas ou grupos de pessoas que tenham sido forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar as suas habitações ou locais de residência habitual, em especial em resultado ou como forma de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades naturais ou provocadas pelo próprio homem e que não tenham atravessado a fronteira de um Estado internacionalmente reconhecido.

[Fonte: Convenção da União Africana sobre a protecção e assistência às pessoas deslocadas internamente em África (African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa) (Convenção de Kampala)

http://www.afrimap.org/english/images/treaty/AU_KampalaConvention_Protection-Assistance-Internally-Displaced.pdf].

Deslocação interna: movimento, evacuação ou deslocalização involuntários ou forçados de pessoas ou grupos de pessoas entre fronteiras reconhecidas internacionalmente.

[Fonte: Convenção da União Africana sobre a protecção e assistência às pessoas deslocadas internamente em África (African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa) (Convenção de Kampala)

http://www.afrimap.org/english/images/treaty/AU_KampalaConvention_Protection-Assistance-Internally-Displaced.pdf].

Menor não acompanhado: qualquer pessoa com menos de 18 anos ou com idade inferior à maioridade num determinado país, separada de ambos os pais e que não esteja ao cuidado de um tutor ou de outro adulto responsável por força da lei ou do costume. Incluem-se menores que não estejam ao cuidado de adultos, menores totalmente sozinhos, menores acompanhados de irmãos menores, mas que, como grupo, não tenham apoio de qualquer adulto responsável e menores em famílias de acolhimento informais.

[Fonte: ONU, 1997, Relatório do ACNUR, Questões relacionadas com os refugiados, retornados e pessoas deslocadas e questões humanitárias (Questions relating to Refugees, Returnees and Displaced Persons and Humanitarian Questions). Assistência a menores refugiados não acompanhados (Assistance to Unaccompanied Refugee Minors). Relatório do Secretário-Geral (Report of the Secretary-General).

<http://www.un.org/documents/ga/docs/52/plenary/a52-273.htm>].

Migração influenciada pelo câmbio ambiental: Onde o câmbio pode ser identificado como um factor influenciador de migração, e é por isso um factor na decisão de migrar. (Este rascunho reconhece que a migração está acontecendo na maioria das regiões do mundo como consequência destes factores influenciadores. A decisão de migrar é influenciada por cinco amplas categorias de ‘factores influenciadores’: económico, social, ambiental, demográfico e político. Esta influência é mais pronunciada nos factores económicos e ambientais e, num ponto menor, políticos.)

[Fonte: Foresight: Migration and Global Environmental Change (2011). Final Project Report. The Government Office for Science, Londres. <http://www.bis.gov.uk/foresight/migration>].

Migração não influenciada pelo câmbio ambiental: Onde o câmbio pode ser identificado como um factor influenciador de migração, e é por isso um factor na decisão de não migrar.

[Fonte: Foresight: Migration and Global Environmental Change (2011). Final Project Report. The Government Office for Science, Londres. <http://www.bis.gov.uk/foresight/migration>].

Desenvolvimento humano: processo que consiste em ampliar as escolhas das pessoas. A ampliação das escolhas das pessoas alcança-se expandindo as capacidades e funcionalidades humanas. A todos os níveis de desenvolvimento, as três capacidades essenciais para o desenvolvimento humano consistem em que as pessoas vivam vidas longas e saudáveis, tenham acesso ao conhecimento e tenham um padrão de vida aceitável. Mas o âmbito do desenvolvimento humano vai mais longe: as áreas essenciais de escolha, muito valorizadas pelas pessoas, vão desde oportunidades políticas, económicas e sociais para se ser criativo e produtivo a usufruir de respeito por si próprio, capacitação e sentimento de pertença a uma comunidade. O conceito de desenvolvimento humano é um conceito global que coloca as pessoas no centro de todos os aspectos do processo de desenvolvimento.

[Fonte: PNUD, 2010, Relatórios de desenvolvimento humano, Glossário de termos (*Human Development Reports, Glossary of terms*). <http://hdr.undp.org/en/humandev/glossary/>].

A.2 Principais fontes de dados relativos a migrantes internacionais

As fontes de dados que recolhem informações sobre migrantes internacionais foram amplamente debatidas nos documentos existentes (consultar por exemplo Bilsborrow et al, 1997; Batalova et al., 2008; OIM, 2008; Schachter, 2008; Cantisani, 2009; CDG, 2009). Os sistemas de recolha de dados mais comuns que produzem informações sobre migração internacional incluem Censos relativos à população e à habitação, registos populacionais, registos administrativos, estatísticas fronteiriças e inquéritos por amostragem (agregado familiar):

A.2.1 Censos relativos à população

Os itens e tabulações de Censos relativos à migração internacional assumiram uma maior importância para acompanhar o interesse crescente relativamente à migração internacional nos diferentes países. Os Censos apresentam uma ampla cobertura, constituindo por isso uma fonte útil para a população de migrantes que vivem num país a uma dada altura.

As Recomendações das Nações Unidas sobre estatísticas migratórias internacionais revistas destacam os Censos relativos à população como sendo a melhor fonte para a recolha de dados sobre a população de imigrantes e as respectivas características. Assim, os Princípios e recomendações da ONU para os Censos relativos à população e à habitação (UN Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses) (ONU, 2008), no âmbito dos Censos 2010, dizem mais respeito ao tópico da população de imigrantes do que aos fluxos de imigrantes.

Para além disso, até os dados da população provenientes dos Censos observados estão sujeitos a subestimação, especialmente para a migração. Por exemplo, é possível que a migração irregular não seja totalmente captada pelos Censos. Deste modo, os utilizadores têm de estar totalmente a par destas fraquezas ao tirar conclusões dos dados. Para além disso, não é possível observar a emigração de famílias inteiras devido à falta de um alguém que responda ao inquérito. Pode ocorrer sobrestimação quando vários inquiridos se referem ao evento da migração relacionado com a mesma pessoa.

Os itens relacionados com a migração internacional registados através dos questionários dos Censos, conforme recomendado pela ONU (2008), são: a) País de nascimento, b) Cidadania e c) Ano ou período de chegada. Estes itens intitulam-se "Tópicos fundamentais". Outras características relacionadas, úteis sobretudo para a medição da migração interna são: a) Local de residência anterior e b) Local de residência numa data específica no passado. A resposta a estas duas questões pode corresponder a um país estrangeiro.

Os dados dos Censos também permitem realizar a estimativa da migração líquida entre Censos, tendo em conta a população actual e a correspondente aos últimos Censos, bem como os registos

vitais de nascimentos e óbitos entre Censos. Esta é uma medida indirecta para obter informações relacionadas com a migração denominada método residual.

É comum verificar que a necessidade de informações está relacionada com os grupos populacionais, tais como os que não nasceram no país em causa e os que não tenham cidadania do país onde vivem (ONU, 2008) em vez da generalidade dos migrantes internacionais conforme caracterizado pela mudança de residência através da definição apresentada nas Recomendações das Nações Unidas sobre estatísticas migratórias RSIM (ONU, 1998) revistas.

Assim, para os estudos relacionados com a migração internacional que utilizam os Censos relativos à população, os nascidos no estrangeiro e os estrangeiros que vivem no país representam os dois subgrupos de foco primário. Alguns países podem recolher informações no país de nascimento dos pais, dependendo de determinadas circunstâncias e condições. Este item permite a identificação dos descendentes de nascidos no estrangeiro e o histórico migratório dos inquiridos. As denominadas primeira, segunda, terceira, etc. gerações são identificadas de acordo com estes critérios. Do mesmo modo, isto pode utilizar-se para estudar os processos e resultados de integração dos imigrantes e respectivos descendentes. Para além disso, as informações deste tópico permitem identificar o grupo de crianças nascidas no estrangeiro de pais nascidos no país. Este facto pode ser útil para o estudo da migração de regresso.

No que diz respeito ao país de cidadania, podem ser recolhidas informações adicionais para permitir classificar a população em (a) cidadãos por nascimento (b) cidadãos por naturalização. Também se pode utilizar a cidadania dupla ou múltipla, bem como a cidadania anterior à naturalização para efeitos de análise específica.

Por outro lado, embora a questão seja sensível em alguns contextos específicos, os Censos podem registar informações relativas à etnicidade medidas utilizando vários conceitos e representações: origens ou antecedentes étnicos, identidade étnica, origens culturais, nacionalidade, raça, cor, estatuto de minoria, tribo, idioma, religião ou várias combinações destes conceitos. A religião e o idioma também podem ser registados, ao passo que o interesse em grupos específicos de pessoas, como por exemplo nómadas e indígenas pode ser relevante em determinadas circunstâncias.

Características etnoculturais

Para obter informações abrangentes que caracterizem migrantes internacionais identificados como nascidos no estrangeiro ou estrangeiros através dos Censos, seria útil tabular os dados de acordo com as necessidades de análise. É por isso que os dados dos Censos têm um substancial valor acrescentado para o estudo da migração.

Dependendo dos objectivos de investigação, a tabulação geral pode incluir dados por (a) sexo, (b) idade, (c) local de residência, (d) estado civil, (g) grau de ensino, (h) actividade económica, estatuto profissional, (j) indústria, (k) ocupação e (l) tipo e tamanho de agregado familiar.

A.2.1.1 Tabulações recomendadas pela ONU relativas à migração internacional e à população de imigrantes

- 1- População nascida no estrangeiro, por país de nascimento, idade e sexo.
- 2- População nascida no estrangeiro, por ano ou período de chegada, país de nascimento, idade e sexo (básico/essencial).
- 3- População, por país de nascimento e cidadania, idade e sexo.
- 4- População economicamente activa nascida no estrangeiro com ... anos de idade mínima, por ano ou período de chegada, ocupação principal e sexo. (Idade mínima adoptada pelo país para enumerar a população economicamente activa).

A.2.1.2 Tabulações adicionais da ONU relativas à migração internacional e à população de imigrantes

- 1- População nascida no estrangeiro, por estado civil, idade e sexo.
- 2- População nascida no estrangeiro com ... anos de idade mínima, por estatuto profissional actual (ou usual), idade e sexo. (Idade mínima adoptada pelo país para enumerar a população economicamente activa).
- 3- População nascida no estrangeiro com ... anos de idade mínima, por grau de ensino, idade e sexo. (O limite de idade inferior deve ser a idade normal para entrada na escola).

A mesma tabulação geral recomendada para a população geral pode ser reproduzida separadamente para os subgrupos de população nascida no estrangeiro, nativa, estrangeira e nacional. Estes dados constituem a base para comparar diversos sub-grupos populacionais com vista a avaliar a respectiva contribuição para a estrutura de idade e sexo da população e para o perfil populacional geral em termos demográficos e socioeconómicos.

Nos países ACP, tal como ao nível mundial, as estatísticas sobre a composição étnica dos migrantes internacionais em conjunto com as informações sobre o país de nascimento e a cidadania, ajudarão a determinar com mais precisão os fluxos e o volume da migração internacional. As informações sobre o conhecimento do idioma oficial do país seriam bastante úteis para estudar a integração dos migrantes internacionais.

A.2.2 Registos administrativos

Esta parece ser uma das "formas menos exploradas" ao procurar dados, relativamente à migração ou a outros tópicos, especialmente nos países em desenvolvimento. Os dados como a autorização

de residência e a autorização de trabalho, bem como os tipos de visto, podem ser utilizados para medir as populações migratórias (por exemplo o número total de estrangeiros com autorização de residência e/ou autorização de trabalho actuais), bem como os fluxos migratórios (por exemplo, as estimativas de fluxos de entrada baseiam-se em novas autorizações emitidas a estrangeiros ao longo do ano). Por outro lado, os fluxos de saída são mais difíceis de medir através dos registos administrativos, uma vez que exigem a identificação do número de cidadãos nacionais que deixe o país sem declaração formal e o número de estrangeiros que deixe o país devido à expiração da respectiva autorização de residência (em oposição a quem permanece no país em estatuto irregular).

Uma vez que os dados não são recolhidos principalmente para medir a migração, mas por motivos administrativos, não obedecem às normas de estatística de migração internacional recomendadas e, por isso, apresentam uma comparabilidade internacional limitada. No entanto, continuam a existir muitos dados e informações úteis para compilar utilizando os registos administrativos, especialmente em países com sistemas estatísticos menos desenvolvidos. A barreira para utilizar integralmente os dados administrativos situa-se a um ou dois níveis:

- a) Os dados existem e estão prontos a serem utilizados para estatísticas migratórias, mas não estão acessíveis para os utilizadores por diversos motivos, de carácter institucional, legal e burocrático.
- b) Os dados não estão prontos para efeitos estatísticos porque são difíceis de processar (existem em cópias ou pastas em papel) ou porque não estão disponíveis.

Assim, os gabinetes de recolha ou encarregados dos dados devem dispor de acções de criação de capacidades adequadas com programas de introdução de dados fáceis de utilizar beneficiando da utilização alargada de instalações informáticas. Pode sugerir-se a utilização de formulários/questionários padronizados adequados a cada necessidade administrativa, no sentido de facilitar a recolha de dados para estatísticas migratórias, melhorando também a produtividade da administração. O apoio dos institutos nacionais de estatística é determinante para o sucesso do processo de criação de capacidades.

Uma grande variedade de instituições e departamentos pode dispor de diversas informações administrativas que podem ser utilizadas para estatísticas migratórias. Os mais importantes são o Ministério do Interior, que costuma ter a capacidade de emitir autorizações de permanência ou residência, o Ministério do Trabalho, que emite autorizações de trabalho e o Ministério dos Negócios Estrangeiros para dados relativos a cidadãos nacionais no estrangeiro e dados sobre vistos emitidos a estrangeiros.

A.2.3 Registos populacionais ou registos de estrangeiros

Fazem parte das contas oficiais de residentes legais num país, disponíveis em alguns países com sistemas estatísticos sofisticados, embora nem sempre estejam acessíveis por motivos de privacidade e ética. Estes registos podem medir a população de migrantes internacionais, bem como os respectivos fluxos de entrada e de saída. Representam uma fonte de dados actualizada regularmente através da qual se costumam recolher informações relacionadas com as características dos migrantes (idade, sexo, cidadania, ensino, ocupação, etc.). No entanto, é frequente as pessoas (nativas ou imigrantes) não procederem à anulação do registo, ao passo que os imigrantes sem documentos, particularmente aqueles cuja natureza é de curta duração, costumam ser ignorados por estes registos. Para além disso, diferentes países têm diferentes critérios para incluir estrangeiros nos dados de fluxos (por exemplo requerentes de asilo), o que pode fazer da comparabilidade um problema. Esta fonte de informação não é por enquanto relevante para os países ACP devido aos custos inerentes à implementação e à manutenção.

A.2.4 Dados de consulados

Os consulados dos países de origem e de destino possuem dados sobre emigrantes e imigrantes. Num determinado país, os dados sobre cidadãos nacionais no estrangeiro podem ser extraídos dos registos dos consulados dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Estes registos contêm informações demográficas e socioeconómicas sobre emigrantes de um país específico. Supostamente, os migrantes devem registar-se no consulado espontaneamente para identificação ou obrigatoriamente por solicitação dos serviços administrativos. Os serviços dos Negócios Estrangeiros também dispõem de dados sobre imigrantes pelo facto de emitirem vistos de entrada para estrangeiros sujeitos ao procedimento. Os formulários de vistos incluem informações socio-demográficas úteis para estatísticas migratórias, como por exemplo características socio-demográficas dos migrantes, o motivo para a migração e a duração de estadia prevista. No entanto, esta fonte de informação não é exaustiva, uma vez que o visto de entrada não é emitido a todos os estrangeiros.

A.2.5 Estatísticas fronteiriças

Estas fontes incluem informações recolhidas para ou em fronteiras internacionais (entradas e saídas), como por exemplo o tipo de visto ou cartões de entrada/saída. Os tipos de visto (de entrada ou de saída) permitem que os migrantes sejam categorizados e costumam utilizar-se para medir os fluxos de migrantes laborais. A qualidade e a cobertura das estatísticas fronteiriças variam de país para país conforme a respectiva política fronteiriça e a permeabilidade das fronteiras. Os migrantes não autorizados retidos nas fronteiras costumam ser registados, sendo que esses registos passam a ser uma fonte de estimativa da migração irregular num país. Para

além disso, é frequente verificar que muitos postos fronteiriços dos países não estão informatizados e/ou os dados fronteiriços nem sempre são processados.

Na maior parte dos países, a utilidade das estatísticas fronteiriças pode ser melhorada com a criação de capacidades assente em técnicas e programas informáticos adequados e adaptando o formulário/questionário ao processamento estatístico. Na verdade, alguns países de destino, com a contribuição dos institutos de estatística e dos serviços de administração interna, desenvolveram formas e técnicas adequadas para a recolha de dados através dos cartões de entrada/saída.

A.2.6 Inquéritos por amostragem

Inquéritos por amostragem são semelhantes aos Censos nacionais, mas cobrem um número limitado de pessoas (ou agregados familiares) que representam a população como um todo. A amostra pode extrair-se de diferentes unidades de amostragem, como por exemplo um agregado familiar, um indivíduo (por exemplo um inquérito na fronteira/aos passageiros, um estabelecimento, etc.). Os inquéritos por amostragem são trans-seccionais (conduzidos num ponto no tempo) ou longitudinais (seguem uma pessoa ou os membros de um agregado familiar ao longo do tempo, por exemplo dados de painel), e podem dedicar-se na totalidade ou parcialmente a medir a mobilidade ou a migração internacional. Os inquéritos ao agregado familiar, por exemplo, podem ter um propósito geral (vários tópicos), focando-se sobretudo na força de trabalho e no emprego (com um número limitado de questões sobre migração e uma amostra de migrantes reduzida) ou serem mais especializados com foco principal na migração (incluindo questões detalhadas e um tamanho de amostra limitado, frequentemente não representativo do ponto de vista nacional).

Os inquéritos ao agregado familiar funcionam melhor para medir as características e o impacto dos migrantes e da migração nos países de origem e de destino e nos próprios migrantes (inquirindo aspectos como o motivo para a migração ou as remessas) e não tanto para medir as dimensões dos fluxos ou das populações de migrantes. Estes inquéritos reduzem os custos utilizando uma amostra representativa da população e aumentando a frequência de recolha de dados (em comparação com os Censos nacionais), permitem uma maior flexibilidade relativamente ao número e ao tipo de questões a colocar (por exemplo, podem adequar-se às necessidades de investigação específicas ou às políticas) e podem incluir também migrantes irregulares na amostra. No entanto, a cobertura costuma ser limitada, uma vez que existe alguma dificuldade em encontrar migrantes em estruturas de amostragem regulares e a medição dos fluxos requer dimensões de amostragem suficientemente grandes. A utilização de inquiridos por procuração (as questões para todos os membros do agregado familiar são respondidas por uma pessoa no mesmo) e a sensibilidade das questões (por exemplo etnicidade, remessas) podem dar origem a respostas pouco precisas e à ausência de resposta.

O maior desafio para os dados dos inquéritos sobre a migração surge na fase de amostragem. Os agregados familiares com migrantes costumam ser raros e estar dispersos por todo o país sujeito a estudo, excepto para os países com uma elevada presença de migrantes. Assim, limitar o inquérito a áreas com uma elevada presença de migrantes pode ser a escolha inevitável para chegar aos agregados familiares com migrantes, sendo que ocorre uma perda em termos de representatividade nacional. Outra alternativa consiste em entrevistar directamente os migrantes e os membros do agregado familiar dos migrantes nos pontos de entrada/saída (aeroportos, portos, locais de chegada). Em alguns casos, para reduzir os custos e as dificuldades práticas induzidas pelos processos de amostragem probabilística, os métodos de amostragem por quota e bola de neve são utilizados como alternativas. Nenhum dos dois métodos é probabilístico e os respectivos resultados podem não ser tão fiáveis quanto os correspondentes às amostras de inquéritos probabilísticos.

No entanto, para além das poupanças consideráveis em termos de tempo e dinheiro, estas opções não probabilísticas adequam-se a situações difíceis de inquéritos específicos colocados aos migrantes num país com uma presença de migrantes muito reduzida. Os inquéritos baseados numa estrutura de amostragem nacional de um Censos não são recomendados neste caso. No entanto, os Censos podem ser utilizados como ponto de partida para o enquadramento preliminar do fenómeno estudado (ou seja, migração de regresso). O método bola de neve pode utilizar-se posteriormente como complemento após identificação das unidades de partida, ao passo que o método por quota pode iniciar-se a partir de dados dos Censos para estabelecer as proporções. No caso de inquéritos nacionais que incluam secções sobre a migração (inquéritos sobre demografia, emprego, padrões de vida, etc.), a estrutura de amostragem dos Censos poderia ser utilizada, mas a representatividade dos subgrupos de migrantes não seria garantida, ao passo que os agregados familiares de não migrantes poderiam ser suficientemente representados.

A.2.7. Exemplos de inquéritos relacionados com a migração e respectivas aplicações

Inquéritos demográficos e de saúde: A migração não é bem explorada através dos inquéritos demográficos, ao contrário da mortalidade e da fertilidade, os dois outros fenómenos demográficos. A fertilidade recebeu sempre um elevado interesse, manifestado através de inquéritos internacionais específicos conduzidos para avaliar os respectivos níveis e tendências ao longo do tempo através de indicadores adequados. Este facto foi conduzido sobretudo por motivos de planeamento familiar devido às preocupações globais relacionadas com a explosão populacional perante a escassez de recursos. Os inquéritos mundiais sobre a fertilidade (WFS, World fertility Surveys, 1972-84, 41 países), os inquéritos demográficos e de saúde (DHS, Demographic and Health Surveys), seguidos de uma grande variedade de inquéritos sobre fertilidade, prevalência contraceptiva, planeamento familiar, saúde, saúde infantil e saúde reprodutiva são exemplos de inquéritos levados a cabo em países em desenvolvimento e contribuíram directamente para a estimativa dos indicadores de desenvolvimento e

indirectamente para as estimativas da migração. Os inquéritos demográficos pioneiros medem a alteração demográfica através de três vertentes: os inquéritos de fertilidade, mortalidade e migração (interna e internacional) em África são os denominados inquéritos demográficos de passagem repetida (*Enquêtes Démographiques à Passage Répétés*) (inquéritos demográficos de painel ou longitudinais). Foram conduzidos desde o final da década de 1960.

Inquéritos LSMS: os estudos de medição da qualidade de vida (Living Standards Measurement Study, LSMS) foram iniciados pelo Banco Mundial sobretudo para avaliar o nível de pobreza. Desde 1985, foram realizados mais de 100 inquéritos LSMS em mais de 30 países em desenvolvimento em todo o mundo, incluindo países ACP. A migração não foi uma prioridade para os inquéritos LSMS antes do ano 2000. Actualmente, os módulos protótipo de migração com 15 a 20 questões são desenvolvidos pelo Banco Mundial e estão a ser utilizados nos inquéritos LSMS de vários países. Estes inquéritos foram bastante úteis para avaliar o impacto das remessas sobre a redução da pobreza e o volume de remessas informais e em espécie recebidas pelos agregados familiares, preenchendo parcialmente a lacuna registada pelas estatísticas da balança de pagamentos.

Inquéritos nacionais de rotina: alguns países realizam inquéritos de rotina ao agregado familiar, como por exemplo Inquérito às Forças de Trabalho (IFT), Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), Inquéritos de rendimento e receitas (IES), etc. Alguns inquéritos têm um componente de painel, ao passo que outros são mais ou menos ricos, dependendo do tamanho do módulo de migração. No entanto, de um modo geral, a riqueza do inquérito implica uma dimensão de amostragem inferior ou uma fraca representatividade dos migrantes.

No que diz respeito a este manual, é recomendável utilizar o catálogo de dados de inquérito para estudos migratórios, “migração em inquéritos nacionais” [Survey Data Catalogue for Migration Studies – “Migration in National Surveys” (MiNS)], criado pelo centro de Sussex para investigação sobre migração, globalização e pobreza (Sussex Centre for Migration Research, Migration, Globalisation and Poverty) (DRC sobre migração) como catálogo existente do inquérito ao agregado familiar e dos conjuntos de dados dos Censos, contendo informações sobre a migração nos países em desenvolvimento com um foco adicional na migração de crianças. É igualmente recomendável utilizar o catálogo do inquérito e dos Censos da rede de inquéritos domésticos internacionais (International Household Survey Network, IHSN). Trata-se de um directório na web de dados dos Censos e de inquérito ao agregado familiar para os países em desenvolvimento em todo o mundo (145 países). Os investigadores podem utilizar ambos os directórios para identificar inquéritos e Censos no país ACP que lhes interessa, no sentido de aceder a informações, questionários e outros documentos para inquéritos realizados entre 1950 e 2008.

A.2.8 Outras fontes de dados úteis sobre a migração

Dados de investigação universitária: dados recolhidos na universidade por investigadores e, especialmente, por alunos a preparar os relatórios finais. Alguns relatórios baseiam-se no trabalho no terreno e em dados empíricos. No entanto, estes dados devem ser considerados com bastante cautela.

Dados em bruto não utilizados em inquéritos e Censos: os ficheiros de dados em bruto antigos podem ser reprocessados caso surjam novas necessidades de dados. Isto também pode ser bastante útil para realizar comparações ao longo do tempo e para avaliar a relação entre variáveis que não se esperava que fizessem parte dos modelos explanatórios no passado. Como exemplo significativo, a emergência da relação entre a migração e o ambiente poderia ser avaliada através de dados de inquéritos antigos.

A.3. Lista de verificação para fontes de dados internacionais úteis

As informações e os dados sobre migração internacional costumam ser disponibilizados por diversos produtores e/ou compiladores de dados. No entanto, a multiplicidade de fontes é por vezes um obstáculo para a harmonização devido à diversidade de conceitos e aos diferentes métodos de medição e estimativa. Actualmente, o acesso aos dados é amplamente facilitado pela disponibilização de um vasto grupo de bases de dados estatísticas on-line, anuários e outras publicações periódicas. Os serviços estatísticos nacionais, regionais e internacionais publicam dados estatísticos úteis sobre a migração e os migrantes, obtidos através de vários métodos de recolha de dados e de estimativa.

A maior parte dos produtores de dados, especialmente nos países desenvolvidos, oferecem metadados a explicar os conceitos e os métodos de medição e estimativa.⁶ No entanto, os metadados nem sempre estão disponíveis, fazendo com que seja praticamente impossível tirar conclusões exactas e realizar comparações precisas e úteis. A recolha de dados está intimamente relacionada com o objectivo socioeconómico e político na base da recolha. No entanto, por vezes a migração é considerada um tópico politicamente sensível, sendo que os dados costumam estar dispersos por diferentes ministérios.

A migração é vista como um desafio por alguns e como uma oportunidade por outros, mas já não é vista como um fenómeno neutro, aumentando o interesse pela avaliação dos respectivos impactos e interações em conjunto com os diversos tópicos que com ela se relacionam. No entanto, reconhecem-se os cada vez mais aspectos positivos da migração, que destacam a necessidade de dispor de provas fiáveis sobre as inter-relações. De facto, um futuro manual da responsabilidade da OIM, OIT, UNICEF e PNUD centra-se em como integrar a migração no planeamento do desenvolvimento.

⁶ Os metadados são dados que definem e descrevem outros dados. Assim, também são conhecidos como "dados sobre dados".

Após uma série de recomendações iniciada pelo Gabinete Internacional do Trabalho, as Nações Unidas elaboraram as "Recomendações sobre estatísticas migratórias internacionais, Rev. 1 (1998)" com o objectivo de harmonizar as definições relativas à migração internacional. Hoje em dia, essas recomendações parecem ser menos seguidas pelos produtores de dados, sendo que o principal motivo para isso acontecer é o facto de estes não responderem a necessidades práticas específicas relacionadas com a duração e o objectivo da estadia. Algumas definições estão sujeitas a aperfeiçoamento, sendo que se apresentam sugestões para tornar as definições mais relevantes e globalmente aplicáveis. No entanto, o aspecto mais visível destas definições parece ser a definição do conceito de "migrante internacional", ao passo que as outras recomendações parecem ser pouco utilizadas.

Em 2008, as Nações Unidas, com o apoio do subgrupo Técnico sobre estatísticas de migração interna e internacional, publicou a revisão 2 dos Princípios e recomendações para os Censos relativos à população e à habitação, contendo recomendações práticas sobre a recolha de dados relativos à migração internacional. As características a identificar são as seguintes: (a) País de nascimento, (b) Cidadania e (c) Ano ou período de chegada ao país. O valor destas características aumenta quando são cruzadas com outros dados de Censos (geografia, características demográficas e socioeconómicas individuais e condições de habitação).

Para além das recomendações das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, a Divisão de população das Nações Unidas está a publicar dados sobre a migração internacional em todo o mundo utilizando estimativas e dados empíricos. A lista que se segue fornece à maior parte dos compiladores de dados em todo o mundo os respectivos recursos estatísticos. A natureza dos dados depende do tópico abrangido por cada organização. Varia das populações e dos fluxos a outras características, incluindo o ensino, o emprego, a migração forçada e as remessas.

- Institutos Nacionais de Estatística: são compilados e disponibilizados grandes conjuntos de dados sobre migração nas bases de dados estatísticas dos países de destino dos migrantes, com sistemas estatísticos desenvolvidos. A periodicidade dos dados depende do método de recolha de dados utilizado: Censos, registos populacionais, inquéritos, registos administrativos, etc. Alguns institutos fornecem informações detalhadas sobre a migração com actualizações regulares.
- Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA): Dados empíricos disponibilizados pela "Base de dados sobre a migração global" (Global Migration Database) (UNGMD, na web) e "Fluxos migratórios internacionais para e de países seleccionados: revisão de 2008" (International migration flows to and from selected countries: The 2008 Revision). Estão disponíveis estimativas através da base de dados de "Tendências da população migrante internacional: revisão de 2008" (Trends in international migrant stock: The 2008 Revision) que é uma base de dados sobre a população de migrantes baseada na web e o CD-ROM de "Tendências da

população migrante internacional: revisão de 2008" (Trends in international migrant stock: The 2008 Revision). [<http://www.un.org/esa/population/>].

- A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED): a base de dados contém inúmeras variáveis relacionadas com a migração, tais como remessas (totalidade ou parte do PIB) e outros fluxos financeiros, como por exemplo a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Também estão disponíveis dados sobre a população, urbanização e força de trabalho (total e na agricultura). A principal vantagem da base de dados consiste no facto de os dados estarem disponíveis para países ACP individuais ou agrupados, subdivisões geográficas ou países agrupados com base em grupos económicos ou comerciais. A base de dados oferece séries cronológicas abrangendo longos períodos e está acessível on-line na página web: [<http://unctadstat.unctad.org>].
- Banco mundial: os dados são compilados a partir de uma ampla variedade de fontes mundiais disponíveis através dos Indicadores de desenvolvimento mundial (WDI) on-line do Banco Mundial. Estes dados incluem estatísticas de migração básicas sobre remessas (com outros fluxos financeiros), migração líquida, população de migrantes, migração altamente qualificada e dados sobre refugiados. O boletim sobre migrações e remessas (Migrations and Remittances Factbook) também é considerado uma fonte de dados sobre migração internacional. [<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>].
- Fundo Monetário Internacional: fornece dados sobre remessas através do "Anuário de estatísticas da balança de pagamentos" (Balance of Payment Statistics Yearbook). As estatísticas da balança de pagamentos on-line estão disponíveis mediante acesso autorizado. [<http://www2.imfstatistics.org/BOP/>]
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR): a base de dados populacional estatística on-line (Statistical Online Population Database) do ACNUR (baseada na web) e os anuários estatísticos (Statistical Yearbooks) do ACNUR (on-line) fornecem dados e relatórios estatísticos sobre as pessoas a que o ACNUR se dedica: refugiados, requerentes de asilo, refugiados retornados, pessoas deslocadas internamente e apátridas em todo o mundo. [<http://www.unhcr.org/pages/4a013eb06.html>].
- Organização Internacional do Trabalho (OIT): Estatísticas de migração laboral internacional (International Labour Migration Statistics, ILMS) (baseada na web). Fornece, de acordo com a disponibilidade dos dados para cada país, valores relativos a populações e fluxos correspondentes à população total e de migrantes por país de destino/origem, sexo, idade, sector económico, ocupação e estatuto profissional. A base de dados NATLEX é especializada na legislação de trabalho nacional, segurança social e direitos humanos mantida pelo Departamento de Normas Internacionais do Trabalho da OIT contendo legislação sobre os "Trabalhadores Migrantes".

[\[http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/info/ilm_dbase.htm\]](http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/info/ilm_dbase.htm).

- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE): a base de dados DIOC-EXTENDED (DIOC/E, baseada na web) da OCDE fornece dados compilados e informações demográficas, sobre o mercado de trabalho e sobre as características educacionais da população nativa e migrante (nascida no estrangeiro) (geralmente com mais de 15 anos de idade) em 30 países de destino da OCDE e 25 países de destino que não pertencem à OECD. A base de dados sobre a migração internacional (International Migration Database) da OCDE, também baseada na web, fornece estatísticas sobre os fluxos populacionais de imigrantes (geralmente nascidos no estrangeiro) (de entrada e de saída). A base de dados fornece séries anuais para os últimos anos (de um modo geral 1990-2007). [\[http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=MIG\]](http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=MIG).
- Eurostat: base de dados on-line que fornece estatísticas e características básicas sobre fluxos e populações de migrantes, aquisição de cidadania e candidaturas a asilo, bem como estatísticas sobre o cumprimento de legislação relativa à imigração e autorizações de residência. Os dados são compilados a partir de institutos nacionais de estatística dos Estados-Membros da UE.
[\[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database\]](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database).
- Centros de investigação: alguns centros de investigação desenvolveram recentemente bases de dados próprias através da compilação de dados originários de várias fontes nacionais e/ou através da estimativa de dados recorrendo a diferentes metodologias. Por vezes, os dados são limitados a áreas de interesse específicas dos respectivos centros. Segue-se uma lista com alguns exemplos:
 - DRC-Sussex: Base de dados da origem de migrantes global (Global Migrant Origin Database) (on-line), que oferece uma matriz de origem e destino da migração com base em dados dos Censos.
[\[http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html\]](http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html)
 - CARIM-EUI: Base de dados sobre migração euro-mediterrânica (Euro-Mediterranean Migration Database) (baseada na web) que contém estatísticas e legislação, bem como informações sociopolíticas, registos e citações de países de origem e de destino.
[\[http://www.carim.org/index.php?callContent=4\]](http://www.carim.org/index.php?callContent=4).
 - MPI: núcleo de dados MPI (baseado na web) que contém dados, gráficos e mapas baseados em dados de organizações internacionais.
[\[http://www.migrationinformation.org/datahub/\]](http://www.migrationinformation.org/datahub/).

Referências

Bakewell, O.

- 2009 South-South Migration and Human Development: Reflections on African Experiences. *Human Development Report Research Paper No. 7*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Relatório de Desenvolvimento Humano,
http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_07.pdf.

Cantisani, G. et al.

- 2009 *Guide on the Compilation of Statistics on International Migration in the Euro-Mediterranean Region*. MEDSTAT, Paris.
http://www.adetef.fr/medstat2_migration_guide.pdf.

Centro para o Desenvolvimento Global

- 2009 *Migrants Count: Five Steps Towards Better Migration Data*, Relatório da comissão de dados sobre migração internacional para investigação e políticas de desenvolvimento (Commission on International Migration Data for Development Research and Policy), CDG, Washington, DC.

Nações Unidas (ONU)

- 1998 Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Recomendações da divisão de estatísticas sobre estatísticas migratórias internacionais Revisão 1. N.º 58. 1998. Nova Iorque, 1998.
- 2007 Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de estatísticas. Princípios e recomendações para os Censos relativos à população e à habitação, Revisão 2. ST/ESA/STAT/SER.M/67/Rev.2. Série de documentos estatísticos M. N.º 67/Rev.2. Nações Unidas. Nova Iorque, 2007.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2004 *Glossário da migração*. Lei sobre a migração internacional. OIM, Genebra, 2004.
- 2008 *World Migration 2008. Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. OIM, Genebra, 2008.

PARTE B – INVESTIGAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Investigar o impacto da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento é um objectivo central do Observatório ACP das Migrações. Para melhor avaliar, monitorizar e analisar o impacto da migração sobre o desenvolvimento, o Observatório ACP propõe um conjunto de indicadores para medir o impacto tendo em conta as investigações existentes sobre a migração e o desenvolvimento.

A mobilidade humana foi desde há muito tempo considerada uma estratégia essencial para melhorar o bem estar de cada um. Pode ser adoptada para lidar com a mudança das condições de vida, que ameaça a sobrevivência humana, quer esta seja provocada pela natureza ou pelos próprios seres humanos. Muitas pessoas também se mudam para melhorar as respectivas condições de vida. Considera-se que a desigualdade na distribuição de oportunidades e de riqueza, combinada com discrepâncias demográficas são importantes factores impulsionadores para a migração. A demografia, a par das intenções de migração dos jovens, é um componente essencial do potencial de migração devido ao impacto sobre o fornecimento de trabalho nos países. Embora a maior parte dos países em desenvolvimento possua populações em crescimento e desproporcionadamente jovens, as disparidades em termos de riqueza e a pressão sobre os recursos podem tornar-se factores de repulsão para a mobilidade entre estes países. Para além disso, a estrutura de qualificações (por exemplo a distribuição da população por nível de ensino) da população e as necessidades do mercado de trabalho podem ser determinante.

Investigar o impacto da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento é um objectivo central do Observatório ACP. Para melhor avaliar, monitorizar e analisar os potenciais impactos da migração, o Observatório ACP propõe um conjunto de indicadores fundamentais, com base nas conclusões de investigações existentes, para os futuros estudos de investigação sobre a migração e o desenvolvimento.

B.1 Impacto da migração sobre o desenvolvimento

As investigações bem sucedidas comprovaram que a mobilidade é bastante vantajosa para os trabalhadores migrantes em termos de aumento do rendimento. As remessas financeiras podem impulsionar o rendimento dos agregados familiares nos países de origem e ajudar a reduzir a pobreza. A mudança dos padrões de consumo em agregados familiares que recebem remessas e as melhorias ao nível da segurança alimentar revelam alguns dos potenciais impactos positivos e têm de ser analisadas mais profundamente. No entanto, o impacto da mobilidade não se limita ao aumento do rendimento. De facto, é possível escrutinar medidas mais abrangentes de bem-estar, tais como o ensino, a saúde e a capacitação dos membros do sexo feminino relativamente ao impacto da mobilidade, com implicações importantes sobre o exercício de direitos humanos básicos. Porém, os impactos podem ser directos ou indirectos, simples ou compostos, sendo que é difícil estabelecer uma lista exaustiva de potenciais impactos. *O Relatório de Desenvolvimento*

Humano de 2009 realizado para o PNUD indicou que, de um modo geral, os migrantes têm uma maior probabilidade de melhorar os respectivos níveis de saúde e ensino do que as pessoas que permanecem no país de origem. Para além disso, a mobilidade humana costuma dar origem à transferência de capital humano e social considerável, bem como fluxos de ideias e valores que podem ter impacto sobre o desenvolvimento social, cultural e político das sociedades de origem.

A migração não apresenta apenas impactos positivos, pelo menos a curto prazo. Os potenciais ganhos descritos não estão garantidos para todos os migrantes, podendo aumentar a desigualdade. Ao nível comunitário, as provas do impacto da mobilidade também são mistas. Quando a migração é imposta por emergências inesperadas (como por exemplo um conflito, insegurança alimentar, aumento dos preços da electricidade e do petróleo, secas ou factores relacionados com o clima), as pessoas que de outro modo teriam ficado são obrigadas a migrar sob condições perigosas ou imprevisíveis. As pessoas que se mudam sob estas circunstâncias podem acabar por ficar em pior situação devido à falta de acesso a serviços, desafios de integração, falta de conhecimentos de novos ambientes sociais e/ou laborais, tráfico ou conflitos, etc. Isto também pode acontecer a migrantes que se mudem voluntariamente, especialmente aqueles que não preparem cuidadosamente o respectivo projecto de migração ou que estejam mal informados ou tenham expectativas pouco realistas relativamente à mobilidade.

Não se espera que o impacto das remessas Sul-Sul seja tão significativo quanto os fluxos Sul-Norte. A quantidade de fluxos sul-Norte costuma ser superior devido à maior disparidade salarial, mesmo que diga respeito a menos migrantes a enviarem dinheiro. No entanto, as transferências financeiras costumam ocultar os custos financeiros da mudança e as perdas de qualidade de vida para quem envia remessas substanciais das respectivas poupanças, tendo em conta os padrões de vida nos países anfitriões. Os migrantes e familiares residentes nos países de destino podem dispor de um acesso desigual ao ensino e aos serviços de prestação de cuidados de saúde e tratamento devido à falta de conhecimento, a políticas de integração inadequadas e/ou ao respectivo estatuto de migrante irregular ou forçado. Para além disso, as remessas podem estimular a inflação no país de origem, o que reduz o acesso aos serviços básicos dos agregados familiares que não recebem as remessas e, consequentemente, aumenta o fosso da pobreza. No entanto, todo aumento do rendimento pode conduzir ao aumento do índice de consumo, não se limitando aos fluxos de entrada de remessas (Melde e Ionesco, 2011).

Em termos conceptuais, a investigação e os debates relativos a políticas ao longo da última década tenderam a centrar-se nos aspectos da migração Sul-Norte e nas respectivas ligações com o desenvolvimento e vice-versa. Para que o foco seja dirigido para a mobilidade intra-regional e a migração entre países ACP e outros países em desenvolvimento, há que realçar que os países do Sul são também países de destino. A relação entre migração e desenvolvimento neste contexto pode estabelecer implicações em termos de desenvolvimento humano nos países de origem e de destino. De facto, o foco costuma estar na emigração de cidadãos nacionais qualificados ou na chamada "fuga de cérebros", sendo que o impacto dos fluxos de imigração nos países ACP costuma ser subvalorizado.

B.2 Indicadores de medição do impacto

Actualmente, não existe uma lista comum aceite de indicadores dos impactos da migração sobre o desenvolvimento. Com base nas estruturas teóricas e empíricas existentes que examinam a relação entre migração e desenvolvimento, o Observatório ACP sugere um conjunto de indicadores fundamentais recomendados para os futuros estudos. A maior parte dos indicadores mede-se utilizando fontes de dados existentes, ao passo que os indicadores adicionais necessitam que os dados sejam recolhidos através de inquéritos ao agregado familiar representativos do ponto de vista nacional e de entrevistas profundas junto dos principais intervenientes.

O instituto de investigação em políticas públicas (Institute for Public Policy Research, ippr), membro do Consórcio e do Conselho Consultivo Académico do Observatório ACP, em cooperação com a rede de desenvolvimento global, desenvolveu uma abordagem que mede o impacto da migração internacional sobre o desenvolvimento. As conclusões sugeriram que a migração pode influenciar o desenvolvimento social e económico em oito dimensões fundamentais: economia, ensino, saúde, género, impactos sociais mais amplos, governo, sustentabilidade ambiental e assistência em caso de catástrofe. Descrevem-se vários mecanismos através dos quais podem ocorrer impactos e analisam-se as possíveis implicações de cada um (Chappell e Sriskandarajah, 2007). O projecto também considerou factores não económicos com impacto sobre o desenvolvimento nos países de origem utilizando uma combinação de diferentes métodos de investigação para análise do impacto, incluindo uma análise de regressão transfronteiras, um inquérito ao agregado familiar e questões específicas relativas ao mesmo.

Embora exista uma diversidade de indicadores utilizados para medir o impacto da migração e do desenvolvimento separadamente, a ligação entre os dois permanece menos explorada. A falta de provas concretas e fiáveis relativamente às inter-relações entre migração e desenvolvimento também limita o estabelecimento de tais indicadores. Os indicadores como os adoptados para a monitorização do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) poderiam representar um ponto de partida para avaliar os impactos recíprocos entre migração e desenvolvimento. Isto poderia ser possível através da mera comparação dos países com diversos padrões de migração (emigração, trânsito e imigração) em termos de números e perfis de migrantes.

As avaliações preliminares das lacunas de investigação existentes, levadas a cabo pelo Observatório ACP em colaboração com os homólogos nacionais nos 12 países alvo e nas 6 regiões ACP, revelaram a necessidade de informações relativas aos impactos da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento. Por este motivo, o inventário de impactos do ippr existente será utilizado e desenvolvido como base para a lista de indicadores a desenvolver pelo Observatório ACP e que se espera que seja incluído como anexo estatístico para os estudos a realizar. Alguns exemplos concretos podem incluir os seguintes tipos de impactos e indicadores:

- impactos sobre a saúde, o ensino, a redução da pobreza e a capacitação dos indivíduos;
- choques externos, tais como crises alimentares e energéticas, bem como catástrofes ambientais;
- indicadores económicos, tais como os que medem o impacto sobre os mercados de capitais, em sectores como o turismo, o comércio e os investimentos;
- indicadores do impacto social relativos aos efeitos nas crianças, nos idosos e noutros membros da família mais frágeis, mas também efeitos sobre os migrantes e os respectivos membros da família no país anfitrião;
- transferência de conhecimentos através de migrantes altamente qualificados e de migrantes de regresso;
- indicadores de governação, por exemplo o número de associações da sociedade civil e organizações não governamentais activas no país e dirigidas e/ou fundadas por imigrantes ou emigrantes; número, natureza e custos de acções levadas a cabo em benefício da comunidade;
- promoção de causas nos países de origem e de destino por parte das diásporas, voluntariado das diásporas com impacto sobre os cuidados de saúde, ensino, formação e trabalho de assistência;
- influência dos filantropos das diásporas no rescaldo de conflitos ou catástrofes naturais (Newland, 2010; Puentes et al., 2010).

Os indicadores adicionais podem focar-se nos direitos humanos, na migração forçada, no tráfico de pessoas, no tráfico ilícito de migrantes e nos impactos adicionais do envolvimento da diáspora (Newland, 2010; Puentes et al., 2010).

Referências

Chappell, L. e D. Sriskandarajah

- 2007 Mapping the Development Impacts of Migration. Development on the Move: Working Paper 1. Londres, ippr.
<http://www.gdnet.org/CMS/getFile.php?id=Impactmap.pdf>.

Gallina, A.

- 2010 *Migration and Human Development in African Caribbean and Pacific Countries. Human Mobility Report 2011*. Secretariado do Grupo dos Estados ACP, Bruxelas.

Global Migration Group (GMG)

- 2010 *Mainstreaming Migration into Development Planning: A handbook for policy-makers and practitioners*. OIM, Genebra.

Melde, S. e D. Ionesco

- 2011 *Integrating migration, development and remittances into the programme of action of the Fourth United Nations Conference on the Least Developed Countries (UNLDC-IV) 2011*. OIM, Genebra.

Nações Unidas

- 2010 Migração Internacional e Desenvolvimento. Relatório do Secretário-Geral. Assembleia Geral das Nações Unidas, Sexagésima quinta sessão, A/65/203, 2 de Agosto de 2010.

Newland, C. (ed.)

- 2010 *Diasporas. New Partners in Global Development Policy*. Washington, D.C., USAID e Migration Policy Institute.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

- 2009 *Overcoming barriers, Human mobility and development*. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Nova Iorque, PNUD.

Puentes, R., Canales, A., Rodríguez, H., Delgado-Wise, R. e S. Castles

- 2010 *Towards an Assessment of Migration, Development and Human Rights Links: Conceptual Framework and New Strategic Indicators*. IV Fórum Global "Peoples' Global Action on Migration, Development, and Human Rights", Cidade do México, Novembro de 2010, rede internacional sobre migração e desenvolvimento.
<http://www.un.org/esa/population/meetings/ninthcoord2011/assessmentofmigration.pdf>.

Ratha, D. e W. Shaw

- 2007 South – South Migration and Remittances. *World Bank Working Paper No. 102*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

PARTE C – EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO POR TEMA ⁷

Introdução

Através do comissionamento e da condução de novos estudos, o Observatório ACP, em colaboração com investigadores nacionais e regionais, pretende abranger uma ampla variedade de necessidades de investigação nos 12 países alvo e nas 6 regiões ACP. O investigador seleccionado e as equipas de investigação que realizarão os estudos terão de propor e elaborar as metodologias de investigação com maior detalhe, tendo em conta as características únicas presentes em cada país e adaptando as ferramentas existente, tais como questionários, ao contexto específico a examinar.

A parte C indica exemplos concretos de boas práticas de investigação por tema e referências úteis para obter mais informação e orientação. O objectivo desta secção consiste em ilustrar abordagens metodológicas de sucesso sobre um tema específico. Não se destina a substituir uma análise profunda de documentação e a conceptualização clara do estudo a levar a cabo pelo candidato seleccionado, mas em vez disso funciona como ferramenta para consultar experiências práticas em primeira mão sobre questões relevantes relativas à migração Sul-Sul, que poderiam inspirar os parceiros de investigação a desenvolver e elaborar as respectivas propostas de investigação. Destina-se também ao público académico em geral nos países ACP e da UE que pretendem basear as respectivas abordagens nos métodos existentes noutros países.

Focando-se nas áreas de investigação prioritárias identificadas ao nível nacional e regional para o trabalho de investigação do Observatório ACP, cada secção temática destina-se a oferecer:

- 1) indicações sobre como identificar e abordar/aceder à população alvo;
- 2) sugestões para o desenvolvimento e implementação de métodos de investigação;
- 3) ligações úteis para manuais/guias de investigação existentes e relatórios de projectos de investigação sobre o respectivo tema;
- 4) um ou mais exemplos concretos de projectos de investigação bem sucedidos levados a cabo por diferentes agências de desenvolvimento ou institutos de investigação.

Os temas de investigação incluídos nesta secção são os seguintes:

1. Impacto da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento humano;
2. Remessas Sul-Sul;

⁷ O conceito de "boas práticas" é aqui considerado de acordo com a definição fornecida pelo sítio sobre integração da Comissão Europeia: "estratégias, abordagens e/ou actividades que, através de investigação e avaliação, demonstraram ser eficazes, eficientes, sustentáveis e/ou transferíveis, bem como conduzir com fiabilidade a um resultado pretendido" [Fonte: Comissão Europeia, "página web europeia sobre integração: O que são 'boas práticas'?", <http://ec.europa.eu/ewsi/en/practice/more.cfm>].

3. Diásporas nos países ACP;
4. Migração laboral Sul-Sul;
5. Tráfico de pessoas nos e dos países ACP;
6. Migração e saúde;
7. Migração e ambiente.

Todos os tópicos são abordados a partir do ângulo Sul-Sul e destinam-se a lançar luz sobre as inter-relações entre migração e desenvolvimento, com um foco particular nos países ACP.

C.1 Impacto da migração Sul-Sul sobre o desenvolvimento humano

População alvo

Este tópico de investigação é muito amplo e pode envolver diferentes áreas temáticas e grupos alvo. O foco pode estar sobre as diásporas que vivem no estrangeiro e que têm impacto sobre o desenvolvimento nacional através da transferência de remessas e conhecimentos ou sobre os agregados familiares de migrantes que vivem com recurso às remessas para sobrevivência (ou investimento), em comunidades locais e a respectiva percepção e as atitudes relativamente aos retornados, etc.

Sugestões para métodos de investigação

É uma tarefa árdua avaliar o impacto da migração sobre o desenvolvimento de forma precisa e abrangente. Até ao momento, a relação Migração e Desenvolvimento foi avaliada sobretudo através de inquéritos relativos a remessas (ou seja, o impacto das remessas na economia nacional do país de origem, indicando o número de agregados familiares que dependem das remessas para sobreviver (ou seja, redução da pobreza), o impacto nos agregados familiares de destino versus agregados familiares que não de destino e/ou utilização de remessas para novos investimentos no país de origem⁸. Outros impactos económicos da migração podem incluir mudanças i) na distribuição de riqueza/desigualdades, ii) na estrutura do mercado de trabalho nacional, iii) nos padrões de comércio com os países de destino dos migrantes e iv) nas operações cambiais e na balança fiscal (ippr e GDN, 2010).

A medição do impacto da migração sobre o desenvolvimento torna-se ainda mais complexa quando se consideram os benefícios não materialistas da migração, por exemplo a transferência de capital humano/o conhecimento e a tecnologia podem transformar os meios de produção nacionais; o envolvimento das comunidades estrangeiras no cenário político pode ter repercussões na governação nacional; as experiências no estrangeiro vividas pelos retornados podem ter impacto sobre o comportamento sociocultural na respectiva comunidade de origem; percepção pública da força de trabalho estrangeira e/ou discriminação/xenofobia, etc.

Tendo em conta a complexidade desta área de estudo, a triangulação de diferentes ferramentas de investigação pode revelar, presumivelmente, esclarecimentos adicionais, confirmar (ou não) diferentes conclusões de investigação e, deste modo, produzir resultados mais fiáveis.

⁸ No entanto, medir o impacto económico dos cidadãos nacionais a viver no estrangeiro é muito mais complexo, uma vez que seria necessário realizar uma comparação entre o desenvolvimento actual de um país/local de origem e o desenvolvimento "hipotético" durante o mesmo período de tempo sem a ausência destes migrantes. Tal comparação implica pressupostos que têm de ter em conta vários factores externos e, deste modo, tornam a avaliação do impacto da migração particularmente difícil.

Exemplo: medir o impacto da migração sobre o desenvolvimento

Foi adoptada uma abordagem abrangente pelo projecto de investigação *Desenvolvimento movendo-se: Medindo e otimizando os impactos económicos e sociais de migração* (*Development on the Move: Measuring and Optimizing the Economic and Social Impacts of Migration*) levado a cabo pelo instituto de investigação em políticas públicas (Institute for Public Policy Research, ippr) em parceria com a rede de desenvolvimento global (Global Development Network, GDN). O projecto cria novas metodologias para avaliar os impactos da migração através da recolha de provas desses impactos. Para além de criar capacidades de investigação no que diz respeito às questões da migração e do desenvolvimento, sugere opções de políticas para melhorar a contribuição da migração para o desenvolvimento. Reúne dados comparáveis sobre a ampla gama de impactos da migração no desenvolvimento (económicos e sociais) apresentando uma nova estrutura para mapear esses impactos. Os dados foram reunidos com base nas provas existentes relativamente à grande variedade de impactos e foram complementados com dois tipos adicionais de novos dados, informações recolhidas de entrevistas a intervenientes e inquéritos ao agregado familiar de representação nacional.

O projecto sugere que a migração pode influenciar o desenvolvimento social e económico em oito dimensões: impactos sobre a economia, ensino, saúde, género, impactos sociais mais amplos, governo, sustentabilidade ambiental e assistência em caso de catástrofe. Sugere vários mecanismos através dos quais podem ocorrer impactos e analisa as possíveis implicações de cada um (Chappell, 2007).

O projecto também tentou considerar factores não económicos com impacto sobre o desenvolvimento nos países de origem adoptando uma combinação de diferentes métodos de investigação para análise do impacto, incluindo uma análise de regressão transfronteiras, um inquérito ao agregado familiar e questões específicas relativas ao mesmo. A tabela 1 ilustra os potenciais impactos da migração sobre o desenvolvimento conforme pressuposto por este modelo.

Tabela 1: Impactos da migração sobre o desenvolvimento

E C O N Ó M I C O	Tipo de impacto	Como se produz o impacto	Relação esperada
	Pobreza material do migrante	Rendimentos do migrante	A migração permite aumentar o salário.
	Pobreza material do agregado familiar	Rendimentos a curto prazo do agregado familiar	O agregado familiar perde o trabalho/os rendimentos do migrante no país de origem, mas pode receber fundos do estrangeiro.
		Rendimentos a longo prazo do agregado familiar	Melhoria do potencial de investimento do agregado familiar
	Riscos do agregado familiar	Economias do agregado familiar	A propensão e/ou a capacidade de economizar pode melhorar. As remessas podem atenuar os choques económicos no país.
		Diversificação	Capacidade de reduzir o risco através da diversificação (como por exemplo passar para outro mercado de trabalho)
	Crescimento económico	Efeitos multiplicadores	As remessas e os rendimentos complementares relativos à migração, permitem aumentar o volume de dinheiro gasto no país de origem.
		Poupanças	Se os migrantes e os agregados familiares pouparem mais, o nível de poupanças pode aumentar.
		Investimento	Se os migrantes e os agregados familiares investirem mais, o investimento global pode aumentar. Os fluxos de investimento estrangeiro podem aumentar.
		Rendimento	As remessas e os rendimentos complementares provenientes da migração podem aumentar a propensão e/ou a capacidade de consumir e produzir, o que aumenta potencialmente o rendimento global.
		Inovação	Aumento da transferência tecnológica dos migrantes no estrangeiro e a exposição a novas práticas de trabalho.
		Mudança estrutural	A migração pode promover a actividade económica "capitalista" (como a passagem de uma economia de subsistência para uma economia monetária) ou a urbanização.
	Desigualdades	Rendimentos do agregado familiar	Determinados agregados podem beneficiar da migração a curto e longo prazo, modificando a distribuição relativa dos rendimentos na economia.
	Sistema financeiro	Estado do sistema financeiro	O aumento do volume de remessas e de outros fluxos financeiros, permite reforçar as instituições financeiras.
		Inclusão financeira	As remessas e outros fluxos permitem aumentar as prestações de serviços financeiros em zonas marginais e o envolvimento do agregado familiar no sistema financeiro.

E C O N Ó M I C O	Tipo de impacto	Como se produz o impacto	Relação esperada
	Demografia	Taxa de fertilidade	A migração pode afectar as taxas de fertilidade, quer seja separando os casais por fronteiras internacionais ou modificando os factores que os incitam a ter filhos.
		Mudanças populacionais	A emigração em grande escala pode despovoar determinadas regiões, comprometendo a viabilidade económica.
	Mercados de trabalho	Oferta do agregado em mão-de-obra	A migração arrisca reduzir a oferta de mão-de-obra disponível para as tarefas remuneradas ou não.
		Desemprego	A migração da mão-de-obra em excesso pode reduzir a taxa de desemprego ou aumentar a falta de mão-de-obra. Os migrantes de regresso podem contribuir para o aumento da oferta de mão-de-obra.
		Oferta de trabalhadores qualificados	A "fuga de cérebros" pode conduzir à falta acentuada em alguns sectores, mas a oportunidade de migrar pode aumentar o investimento no ensino, reforçando a oferta de trabalhadores qualificados a longo prazo.
		Estrutura do mercado de trabalho	A migração pode alterar a estrutura industrial ou acentuar a divisão entre o sector público e o sector privado.
		Salários domésticos	As remunerações de trabalhadores que permanecem no país podem aumentar ou baixar em função das mudanças na oferta e na procura de mão-de-obra. <i>continua na página seguinte</i>
		Participação da força de trabalho	Os factores que incentivam os membros do agregado familiar a participar na força de trabalho podem alterar-se.
	Inflação	Taxas de inflação doméstica	As despesas associadas às remessas podem promover o aumento da inflação, particularmente em determinados sectores.
	Comércio	Volume e orientação do comércio	A migração pode implicar o aumento da procura de produtos de importação. Os migrantes no estrangeiro podem reforçar as ligações comerciais. Os migrantes de regresso podem aumentar a produção destinada à exportação.
	Moeda estrangeira	Posição da moeda estrangeira	As remessas podem afectar a oferta de moeda estrangeira.
	Balança fiscal	Receitas fiscais	A base tributável da mão-de-obra na economia pode aumentar ou baixar.
	"Dependência"	Taxa de retorno social	A migração pode afectar o retorno que o estado obtém do investimento público (por exemplo no ensino).
		Comportamento do agregado familiar	O apoio de migrantes no estrangeiro pode reduzir o incentivo para participar em actividades económicas ou investir produtivamente.

	Tipo de impacto	Como se produz o impacto	Relação esperada
E C.		Política de desenvolvimento do Estado	A migração pode afectar os incentivos do governo com vista a desenvolver a economia nacional.
E N S I N O	Ensino para o migrante	Nível de ensino do migrante	A possibilidade de migrar pode fazer aumentar o investimento no ensino. Os recursos da migração podem promover o acesso ao ensino.
	Ensino do agregado familiar	Grau de ensino dos membros do agregado familiar	A oportunidade de migrar e as remessas podem aumentar a capacidade e/ou o incentivo para os membros do agregado familiar investirem no ensino.
	Prestações e qualidade do ensino	Política governamental em matéria de ensino	A possibilidade de os cidadãos migrarem pode alterar os incentivos do governo para investir no ensino.
		Oferta privada de ensino	A oportunidade de migrar, as remessas e os investimentos da diáspora podem fazer aumentar a oferta privada de ensino.
		Disponibilidade de professores	A "fuga de cérebros" de professores pode prejudicar o sistema de ensino, no entanto, os migrantes de regresso podem dispor de novas competências e qualificações.
		Qualidade do ensino	A necessidade de formação em conformidade com as normas estrangeiras pode melhorar a qualidade do ensino. Os migrantes e retornados podem introduzir novas práticas.
S A Ú D E	Saúde do migrante	Perfil sanitário do migrante	O local de destino pode expor o migrante a diferentes factores de risco para a saúde e colocar em causa a disponibilidade de cuidados de saúde.
	Saúde do agregado familiar	Perfil sanitário do agregado familiar	A migração pode afectar a capacidade e/ou os factores de incentivo dos agregados a investir na saúde.
	Saúde pública	Prevalência de doenças	O movimento populacional pode ser acompanhado do aumento da transmissão de doenças. A migração permite a difusão de conhecimentos e boas práticas relativamente à saúde.
		Política governamental em matéria de saúde	A migração (por exemplo a "fuga de cérebros" do sector público para o estrangeiro e para o sector privado) pode comprometer a oferta pública de cuidados de saúde. continua na página seguinte
	Oferta e qualidade dos serviços de saúde Oferta e qualidade dos serviços de saúde	Oferta privada em matéria de saúde	A oportunidade de migrar, as remessas e os investimentos da diáspora podem fazer aumentar a oferta privada em matéria de saúde.
		Disponibilidade dos profissionais de saúde	A "fuga de cérebros" de profissionais de saúde pode prejudicar o sistema de saúde, no entanto, os migrantes de regresso podem dispor de novas competências e qualificações.
		Qualidade dos cuidados de saúde	A necessidade de formação em conformidade com as normas estrangeiras permite melhorar as normas. Os migrantes e retornados permitem introduzir novas práticas.

G E N E R O	Tipo de impacto	Como se produz o impacto	Relação esperada
	Impactos sobre as mulheres migrantes	Rendimentos dos migrantes	A migração pode resultar em novas oportunidades de emprego e no aumento salarial.
		Emancipação económica das mulheres migrantes	A migração pode ter impacto sobre a emancipação económica das mulheres, alterando os respectivos recursos (financeiros e/ou pessoais), bem como as expectativas.
		Ensino de mulheres migrantes	A migração pode ter impacto sobre o grau de ensino, na medida que que implique limitações físicas e/ou financeiras para aceder ao ensino.
		A visão das mulheres migrantes relativamente ao papel que desempenham	A migração pode alterar a visão que as mulheres migrantes têm relativamente ao papel que desempenham através da exposição a outras ideias sobre o papel dos sexos ou através das experiências próprias adquiridas no âmbito da migração.
S O C I A L A R G A D O	Papel dos géneros no agregado familiar	Divisão do trabalho consoante os sexos	As possibilidades de migrar e os recursos provenientes da migração podem afectar a divisão do trabalho consoante os sexos num agregado familiar, tanto pela ausência de determinados membros como pela alteração da visão relativamente aos papéis dos sexos.
	Estatuto das mulheres na sociedade	Papéis dos géneros	A migração pode alterar a visão da sociedade relativamente ao papel desempenhado pelas mulheres, quer seja através dos efeitos que a migração pode ter nas relações num agregado familiar ou pelo papel que a diáspora e os repatriados desempenham em campanhas relacionadas com as oportunidades das mulheres.
	Cultura e normas tradicionais	Mudança de valores	Os valores dos migrantes podem mudar, sendo que o regresso ou as actividades da diáspora podem alterar a cultura e as normas tradicionais.
G O V E R N A N Ç A	Estruturas familiares e redes sociais	Mudança das estruturas familiares e das redes sociais	A migração pode afectar as redes sociais tradicionais, alterando a composição real dos grupos e redes e alterando o estatuto de cada membro. A prevalência de agregados familiares "divididos" pode dar origem a novos problemas sociais.
	Confiança na sociedade do país de origem	Confiança dos cidadãos na própria sociedade	As possibilidades de migrar podem afectar a felicidade das pessoas e a confiança que depositam na própria sociedade.
	Capacidade do Estado	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	A "fuga de cérebros" pode provocar a falta de profissionais para a realização de funções importantes para o estado, não só ao nível dos cuidados de saúde e do ensino, mas também para realizar auditorias ou levar a cabo acções públicas, por exemplo.

	Tipo de impacto	Como se produz o impacto	Relação esperada
	Normas governamentais	Exigências para um melhor governo	Os migrantes no estrangeiro e os repatriados podem exigir melhores normas e difundir boas práticas.
	Equilíbrio de poderes	Poder relativo de grupos sociais	Alguns grupos domésticos (religiosos ou étnicos) podem usufruir de poderes económicos ou políticos superiores na sequência de uma propensão acrescida para migrar, sendo que determinadas secções da diáspora podem exercer poder a partir do estrangeiro.
	Segurança pessoal	Criminalidade	A falta de oportunidades para migrar pode criar ressentimentos no seio de alguns grupos. A migração pode contribuir para o reforço das redes de tráfico. Os criminosos expatriados podem aumentar a criminalidade.
AMBIENTE	Comportamento ambiental individual	Protecção ambiental	Os migrantes e repatriados podem desenvolver a consciencialização relativa aos desafios ambientais e ao comportamento adequado.
	Política ambiental governamental	Importância do ambiente	Os migrantes podem exercer uma pressão acrescida sobre os Estados para que estes promovam a sustentabilidade ambiental. A emigração de pessoas de regiões não sustentáveis do ponto de vista ambiental pode aliviar a pressão sobre os Estados para reduzir a degradação.
	Tecnologias ambientais	Impacto sobre as tecnologias que afectam o ambiente	Os migrantes podem difundir tecnologias que afectam o ambiente de forma positiva ou negativa (por exemplo, novas técnicas de produção importadas capazes de provocar mais ou menos poluição).
ASSISTÊNCIA	Assistência em caso de catástrofe	Apoio da diáspora	Os migrantes no estrangeiro podem prestar assistência em tempo de crise através do aumento das remessas ou de outros tipos de ajuda. A disponibilidade ou a assistência da diáspora pode reduzir os incentivos do estado ou a intervenção por parte de outros agentes não governamentais.
* Os agregados familiares analisados nesta tabela são, geralmente, os directamente afectados pela migração (ou seja, os que enviam migrantes, têm migrantes de regresso ou recebem remessas).			

Fonte: GDN e ippr, 2007.

Ligações úteis

Directrizes

L. Chappell and D. Srisikandarajah, 2007. *Mapping the Development Impacts of Migration, Development on the Move: Working Paper 1*. ippr-GDN, Londres.

<http://www.gdnet.org/CMS/getFile.php?id=Impactmap.pdf>

Boas práticas

O centro de investigação para o desenvolvimento (Development Research Centre, DRC) sobre migração, globalização e pobreza, fundado em 2003, centrou-se no que significa a migração para o desenvolvimento e para a redução da pobreza, em vez de questionar se um maior desenvolvimento resultaria em menos (ou mais) migração.

http://www.migrationdrc.org/publications/misc/Making_Migration_Work_for_Development.pdf

ippr e GDN, 2010. *Development on the Move: Measuring and Optimizing Migration's Development Impacts* – Resumos por país para a Colômbia, Fiji, Geórgia, Gana, Jamaica, Macedónia e Vietname, ippr-GDN, Londres.

<http://www.ippr.org.uk/research/teams/project.asp?id=2326>

C.2 Remessas Sul-Sul

População alvo

O termo remessas costuma referir-se às transferências monetárias realizadas por migrantes ou aos fluxos financeiros associados à migração. No entanto, uma definição mais ampla também inclui transferências e donativos pessoais em espécie e, mais recentemente, introduziu-se o conceito de remessas sociais relativamente à transferência de ideias, comportamentos e capital social (consultar a Parte A relativamente à definição recomendada para os estudos a realizar em nome do Observatório ACP).

Os estudos relativos às remessas podem focar-se nas remessas nacionais num determinado país ou nas transferências internacionais de países mais desenvolvidos para países menos desenvolvidos na mesma região ou não. Em ambos os casos, os estudos podem implicar a entrevista directa de migrantes que enviam remessas, o contacto de associações/comunidades de migrantes ou a reunião de informações tendo em conta o agregado familiar no país/local de origem que recebe as transferências dos migrantes.

Ao identificar a população alvo para a realização de estudos relativos a remessas, é importante ter em conta que uma grande parte das transferências ocorre através de canais informais e não é registada nos bancos comerciais, organizações de transferência monetária (MTO), serviços postais, uniões de crédito, instituições de microfinanciamento (MFI), etc. Agentes informais, tais como migrantes temporariamente de regresso a casa, correios, agentes fronteiriços, entre outros, representam outra população alvo possível para analisar os fluxos de remessas entre o país/local de envio e de recepção. Para os migrantes que vivem no estrangeiro em estatuto irregular, os canais informais costumam representar o único meio de enviar remessas para casa.

Sugestões para métodos de investigação

Os estudos relativos a remessas podem destinar-se a estimar o valor das remessas enviadas pelos migrantes, identificar os principais mecanismos/canais de transferência utilizados e as características relacionadas (tais como custos e duração), focar-se nos padrões de utilização das remessas no país de destino (consumo, poupanças, investimento, ensino, etc.) ou analisar o impacto das remessas sobre o desenvolvimento no país de origem e/ou destino, bem como sobre os próprios migrantes. A forma mais comum de reunir informações sobre remessas consiste na utilização de inquéritos ad-hoc e/ou na inclusão de questões sobre remessas em inquéritos existentes ao agregado familiar ou ao trabalho. As entrevistas e os debates de grupos de foco com agentes de informação essenciais podem permitir esclarecimentos adicionais em aspectos mais qualitativos (por exemplo obstáculos e restrições ao enviar remessas) e podem ser particularmente adequados para avaliar fluxos de remessas informais. Independentemente da abordagem metodológica utilizada, os estudos relativos a remessas devem destinar-se a fornecer

indicações úteis sobre como melhorar os serviços de remessas para os migrantes e como melhorar o impacto das remessas sobre o desenvolvimento. Por outras palavras, é possível que um estudo relativo a remessas possa promover uma melhor utilização das remessas associando-se, por exemplo, a actividades criadoras de trabalho, habitação ou investimento.

Exemplos: medir o impacto das remessas sobre o desenvolvimento

Um bom exemplo de como realizar um inquérito que meça o impacto das remessas sobre o desenvolvimento do país de origem dos migrantes é o estudo conduzido pela OIM em Angola. Com base num estudo anterior relacionado com os fluxos de remessas entre a Sérvia e a Suíça, a metodologia de investigação foi adaptada ao contexto específico dos países alvo (Angola, Portugal e África do Sul) permitindo a recolha de dados em várias áreas de envio de migrantes de Angola, bem como núcleos principais de comunidades angolanas em Portugal e na África do Sul. O estudo utilizou diferentes métodos de investigação, incluindo uma revisão e um inquérito ao agregado familiar em Angola e entrevistas individuais a Angolanos a viver no estrangeiro (OIM, 2009a). O inquérito ao agregado familiar adoptou a amostragem aleatória, incluindo agregados com familiares migrantes; ao passo que os entrevistados nos dois países de destino foram seleccionados de acordo com o facto de as remessas terem sido enviadas durante os doze meses anteriores. Foram desenvolvidos dois questionários: um para utilizar com migrantes que enviam remessas e residem nos países anfitriões e outro para os agregados familiares que recebem as remessas no país de origem. A tabela 2 resume as questões utilizadas para a parte das remessas no questionário do inquérito ao agregado familiar. Para além disso, dois debates de grupos de foco (FGD) permitiram obter esclarecimentos adicionais e comparar resultados com os do inquérito ao agregado familiar.

Tabela 2: Ferramenta de inquérito ao nível doméstico - Receptores de remessas: questões na Parte II sobre remessas

- Envia dinheiro para um ou mais familiares no país de acolhimento (PA)/país de origem (PO)?
- Nos últimos 12 meses, que quantia monetária enviou para casa, para quem, com que frequência e com que objectivo?
- Há quanto tempo tem enviado remessas?
- Desde o momento em que começou a enviar remessas até agora, verificaram-se mudanças na quantidade e na frequência das remessas enviadas?
 - Em caso afirmativo, que tipo de mudanças se verificaram? (marcar todas as opções aplicáveis)
 - Quais são os motivos das mudanças referidas?
- Como costuma enviar as remessas?
- Por que motivo utiliza este método/esta empresa? (marcar todas as opções aplicáveis)

- Quanto tempo é necessário para os seus familiares receberem o dinheiro a partir do momento em que o envia?
- Tem de pagar alguma taxa de envio de remessas?
 - Em caso afirmativo, indique um exemplo:
- Sabe como é que o dinheiro que envia para casa é utilizado?
 - Em caso afirmativo, como é que a pessoa que recebe a remessa usa o dinheiro?
- Quem toma decisões sobre o modo como as remessas que envia são gastas?
- Para além de dinheiro, envia outro tipo de bens (em espécie) aos seus familiares no (PO)?
 - Em caso afirmativo, que tipo de bens?
- Para além do envio de remessas (dinheiro e/ou bens), que outros tipos de actividades económicas o(a) mantém ligado(a) ao (PO)?
- Em termos de futuro, espera ou planeia investir dinheiro em alguma das actividades que se seguem no (PO)?

- Tem uma conta bancária no (PA)?
 - Em caso afirmativo, para que efeitos utiliza a sua conta bancária?
 - Em caso negativo, por que motivo não tem uma conta bancária?
- Tem uma conta bancária no (PO)?
 - Em caso afirmativo, para que efeitos utiliza a sua conta bancária no (PO)?
 - Em caso negativo, por que motivo não tem uma conta bancária no (PO)?
- Pertence a algum tipo de grupo ou organização aqui no (PA) para pessoas do seu país de origem?
 - Em caso afirmativo, explique qual é o grupo e onde é que o mesmo está localizado.
 - Quais são as actividades do grupo?
- Este grupo alguma vez fez um contributo/donativo colectivo para um projecto de desenvolvimento no país de acolhimento?
 - Em caso afirmativo, você participou? Explique por favor:
 - Se não pertence ao grupo, queira explicar porquê:
- Planeia permanecer no (PA) ou planeia regressar ao país de origem? Planeia viver nos dois locais ou ir para um terceiro local? Existem factores que influenciem a sua decisão? Explique por favor.

Fonte: Questionário fornecido pelo investigador principal, OIM 2009a.

Nota: As opções de resposta pré-codificadas não foram incluídas devido ao espaço limitado disponível.

Consulte os anexos 1 e 2 com os questionários completos utilizados para os agregados familiares que recebem remessas e para os migrantes que enviam remessas.

Outro exemplo de avaliação profunda que destaca a lacuna existente, os pontos fortes e as oportunidades relativamente às remessas é o estudo de projecto piloto da OIM-União Postal Universal (UPU)-União postal pan-africana (PAPU) sobre “O suporte de um sistema electrónico de transferência de remessas sustentável entre a Tanzânia e o Uganda” (Supporting an Affordable Electronic Remittances transfer System between Tanzania and Uganda) realizado em 2009. Este estudo envolveu uma revisão, entrevistas no terreno e consulta aos intervenientes em ambos os países. Os dados recolhidos não se referiram apenas ao montante dos fundos transferidos entre o Uganda e a Tanzânia e ao mecanismo utilizado para transferir esses montantes, mas incluíram também pontos de vista relativos a políticas, legislação e disposições institucionais que poderiam promover um sistema de remessas mais eficiente. As conclusões deste estudo permitiram compreender melhor as melhorias operacionais necessárias na sequência da instalação do Sistema Financeiro Internacional (SFI) destinado a melhorar a transferência de remessas através de Estações dos Correios na Tanzânia e no Uganda (para obter detalhes, consultar a ligação no final desta secção).

À semelhança do projecto OIM-UPU-PAPU, cada estudo relativo a remessas levado a cabo nos países ACP deve destinar-se a produzir informações concretas para decisores políticos e profissionais da área da migração. As recomendações para uma investigação mais orientada para a acção relevantes para a criação de políticas são fornecidas por Manuel Orozco na tabela 3.

Tabela 3: Questões sobre políticas e investigação para a análise de remessas de trabalhadores

Factores políticos	Problema de política	Questões políticas	Questões de investigação
<i>Mercado para transferências monetárias</i>			
1. Melhoria da concorrência, redução dos custos e da informalidade;	Custo de envio de remessas e informalidade	Como podem os intervenientes maximizar as respectivas vantagens competitivas e reduzir a informalidade? Que instrumentos existem para promover a redução dos custos?	Qual é a relação entre as organização de transferência monetária (MTO), os pagadores, as redes informais, o ambiente regulamentar e a transferência de remessas acessível? A capacidade de enviar remessas é uma ferramenta eficaz para reduzir os custos? Quais são os indicadores mais convenientes para medir o impacto?
2. Redução de impostos ou incentivos fiscais para importar dispositivos para transferências monetárias	Impostos elevados sobre produtos informáticos	Os incentivos fiscais podem favorecer a concorrência e modernizar os pagamentos?	Qual é a relação custo/benefício da adopção de novas tecnologias?
<i>Constituição e investimentos (assets)</i>			
3. Ferramentas de pagamento alternativas, tais como cartões de débito ou operações bancárias pelo telemóvel	Ferramentas informáticas desactualizadas	Qual é o compromisso entre as ferramentas de pagamento actuais e novas?	É possível medir o impacto de desenvolvimento na sequência da introdução de operações bancárias por telemóvel e das transferências por cartão?

4. Aceleração do acesso financeiro através de uniões de crédito e organizações de transferência monetária;	Fraca participação	Que podem fazer as IF alternativas para melhorar os respectivos objectivos e estratégias de mediação financeira?	Qual é o papel das organizações de transferência monetária na transferência de remessas? A que desafios devem dar resposta? Que factores e critérios fundamentais existem para analisar as melhores práticas?
5. Envolver as instituições bancárias para fornecer serviços financeiros abrangentes (pagamentos, poupanças, crédito, redução de riscos).	Fracο acesso aos serviços bancários	Que estímulos são necessários para levar os bancos a oferecer serviços aos beneficiários? Deveriam existir normas e objectivos de "banca rização"?	Quais são os factores limitadores que impedem que os bancos ofereçam os respectivos serviços? Que medidas de acesso financeiro são necessárias? Que condições são necessárias para que as IF capitalizem a transferência de remessas?
6. Apoio de projectos de investimento relacionados com remessas ou com quem as envia	Investimento fraco	O sector privado pode beneficiar das remessas para promover o investimento? Como é que as organizações de transferência monetária podem conceber projectos de investimento com base na transferência de remessas ou receitas?	Existe alguma ligação entre a base produtiva da economia local e a migração? Existe alguma ligação com as despesas associadas às remessas? Que factores impulsionadores podem reforçar o espírito empresarial entre quem envia e quem beneficia das remessas? Qual seria o efeito do apoio ao investimento imobiliário para as famílias transnacionais?
7. Concepção de produtos que incluam serviços relacionados com o ensino e a saúde	Ensino e educação fracos	De que recursos necessitam as instituições financeiras para introduzir serviços alternativos?	Qual seria o mercado para os serviços fornecidos pelas IF em matéria de saúde e ensino? Que indicadores sugeririam o desempenho eficaz destes serviços em matéria de saúde e ensino?

Políticas do governo			
8. Envolver o governo a rever o respectivo papel de agente provocador ambiental.	Nenhuma visão clara, nenhuma perspectiva	Como é que os governos podem adoptar uma agenda política associada às remessas e à diáspora?	
Políticas macroeconómicas: se haja tempo se pode abordar as questões específicas seguintes			
9. Macroeconomia das remessas	Connhecimentos incertos	Quais são as projecções a longo prazo relativamente às remessas? Qual é o impacto das remessas sobre o crescimento?	Qual é a taxa de migração de regresso e qual é a duração da permanência no estrangeiro? Qual é a metodologia adequada para medir o impacto sobre o crescimento? Em que sentido as remessas constituem um factor de crescimento limitativo? Que provas sustentam essa tese?
10. Redução da pobreza, distribuição de rendimentos e igualdade entre os sexos	Não especificado	Qual é o efeito das remessas sobre a redução da pobreza e a distribuição de rendimentos? As diferenças entre os sexos têm importância?	Existem variáveis que expliquem a redução da pobreza e a distribuição de rendimentos associadas às remessas? Quais são as perspectivas a longo prazo? Existem diferenças entre os sexos associadas ao impacto das remessas sobre o desenvolvimento?

11. Sistema financeiro e remessas	Ligações políticas pouco claras	Em que medida as remessas influenciam o sector financeiro e a economia local? Que ferramentas políticas podem adaptar-se para interagir com estes fluxos?	Qual é o impacto dos fluxos de remessas sobre a criação de emprego, produtividade, apreciação da moeda local ou preços? Como podem medir-se os efeitos multiplicadores das remessas em grandes ou pequenas economias? As poupanças nacionais brutas são influenciadas positivamente pelas remessas?
12. Medição dos fluxos económicos das diásporas	Negligenciável	Quais são os diferentes impactos das ligações económicas dos migrantes com o respectivo país de origem?	Existem outros fluxos que não as remessas? Como podem ser medidos e que impacto exercem? Que metodologias, se existentes, devem ser adoptadas pelos bancos centrais para medir as ligações económicas dos migrantes?

Fonte: Manuel Orozco, *Political Economy of International Migrant Worker Remittances*, in *The Money in Between*, editado por Lyenne Reiner (em breve).

Ligações úteis

Directrizes

M. Orozco et al., 2005. *Transnational Engagement, Remittances, and their Relationship to Development in Latin America and the Caribbean*. Institute for the Study of International Migration, Georgetown University. Este estudo identifica as remessas familiares no contexto das ligações centrais persistentes (denominadas "5 T") entre migrantes e o respectivo país de origem com impacto sobre o desenvolvimento.

http://isim.georgetown.edu/publications/20050701_Rockefeller_Report.pdf

Boas práticas

Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa. Preparado por S.P. Alvarez Tinajero, MRS N.º 39, OIM, Genebra, 2009

http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=567

IOM's survey of banks' and financial institutions' approach to facilitate women migrants' remittances and investments, preparado por S.P. Alvarez Tinajero, é outro bom exemplo de estudos relativos a remessas. Neste caso, a metodologia de investigação consistiu em diferentes entrevistas presenciais com representantes de ministérios, agências governamentais, instituições financeiras bancárias e não bancárias, organizações de transferência monetária/MTO, serviços postais e organizações da sociedade civil em Itália e em sete países da África Ocidental e da África Central.

Southern African Migration Project (SAMP), 2006. *Migration, Remittances and Development in Southern Africa*, Migration Policy Series No. 44. Para gerar dados de representação nacional sobre as remessas de migrantes ao nível do agregado familiar na SADC, o SAMP concebeu e implementou o método de inquérito sobre migração e remessas (Migration and Remittances Survey, MARS). Com base em dois conjuntos de dados (dados individuais e do agregado familiar), os objectivos principais são: (a) recolher dados sobre os padrões de migração e remessas; (b) compreender os métodos utilizados para transferir remessas em dinheiro e bens; (c) avaliar a importância das remessas para a economia doméstica das famílias de migrantes que enviam remessas; e (d) examinar o impacto da migração nos agregados familiares de migrantes que enviam remessas e nas comunidades em que vivem.

<http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications/policyseries/Acrobat44.pdf>

Consultar também SAMP, Migration Policy Series N.º 49 e N.º 51 para obter mais informações sobre o método MARS:

<http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications/policyseries/Acrobat49.pdf>

<http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications/policyseries/Acrobat51.pdf>

Supporting an Affordable Electronic Remittances transfer System between Tanzania and Uganda. Preparado por Pr. H. Bohela Lunogelo, OIM-UPU-PAPU, 2009

http://www.migration4development.org/sites/m4d.emakina-eu.net/files/Final_IOM-UPU_Assessment_on_Remittances_bt看_UG-TZ.pdf

Economic and Social Impacts of Remittances on Households: The Case of Pakistani Migrants Working in Saudi Arabia. Preparado por G.M. Arif, OIM, Genebra, 2010, um inquérito ao agregado familiar abrangendo 500 agregados familiares de migrantes que enviam remessas tanto em áreas rurais como urbanas em nove distritos com migração acentuada, que não só analisa os padrões de remessas, como também investiga o impacto dos fluxos de remessas de trabalhadores migrantes Paquistaneses na Arábia Saudita nas respectivas famílias no país de origem.

http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/published_docs/studies_and_reports/pakistan-remittance-study.pdf

C.3 Diásporas nos países ACP

População alvo

Um pré-requisito para qualquer estudo relativo às diásporas consiste em estabelecer uma clara definição do grupo alvo. Conforme debatido na Parte A, não existe um acordo geral relativo à definição do termo "diásporas". Este conceito refere-se a grupos populacionais transnacionais que vivem no estrangeiro mas que continuam a manter relações mais ou menos próximas com o respectivo país de origem. É possível fazer distinções, *entre outros*, com base no tempo/período passado no estrangeiro, na cidadania, no local de nascimento, no idioma, na identidade, etc., o que por sua vez definirá o grupo alvo específico a que o estudo se dedica.

Para além da recolha de dados individuais, os estudos relativos às diásporas podem centrar-se em dados colectivos, tais como informações sobre associações, redes, organizações comunitárias, clubes e sociedades, etc., que prestem serviços aos membros das diásporas no estrangeiro ou em agregados familiares de migrantes no país de origem. Para além disso, os dados diferenciados pelo género são particularmente relevantes ao estudar as diásporas que vivem no estrangeiro para identificar melhor diferentes oportunidades e vulnerabilidades verificadas em cada passo do processo de migração (OIM, 2006) .

Para além de definir claramente o grupo alvo de um projecto de investigação específico, cada estudo deve tentar ser o mais abrangente (por exemplo amostras estatisticamente significativas utilizando métodos quantitativos) e eficaz (por exemplo a participação empenhada de participantes seleccionados para ferramentas qualitativas) possível para produzir resultados úteis para a criação de políticas.

Sugestões para métodos de investigação

As informações sobre as diásporas encontram-se no país de residência actual, bem como no país de origem. A combinação das fontes disponíveis em ambos os locais parece ser a forma mais eficaz e abrangente de avaliar as características dos membros das diásporas. Estas fontes incluem Censos, registos populacionais, dados de consulados e embaixadas, etc. (OIM, 2006).

O estudo das diásporas e do seu impacto no desenvolvimento é particularmente desafiante devido a uma série de obstáculos relacionados com a respectiva definição, identificação e amostragem. Os dados dos Censos e dos inquéritos sobre a imigração (nos países de destino) permitem realizar uma estimativa relativamente às dimensões das diásporas que vivem no país e aos respectivos fluxos de entrada e de saída. Lamentavelmente, estas fontes de dados não podem ser acedidas para obter dados detalhados devido à protecção da privacidade. Deste modo, o inquérito ad-hoc dos membros da diáspora tornou-se o método mais comum de investigar as comunidades no estrangeiro e oferecer esclarecimentos relativamente às características, actividades e ligações com o país de origem. Estes estudos levantam a questão

da representatividade, uma vez que a maior parte dos mesmos são baseados em amostras bastante reduzidas ou subgrupos de membros da diáspora devido à elevada dispersão geográfica e à dificuldade de identificar e contactar directamente os membros da diáspora (particularmente membros de grupos vulneráveis, tais como requerentes de asilo e refugiados).

Para superar algumas destas limitações, as novas iniciativas de investigação têm tentado recorrer aos meios sociais e metodologias baseadas na web, recursos cada vez mais utilizados pelos membros das diásporas para facilitar a transferência de remessas e a comunicação.

Outro aspecto a ter em conta ao realizar investigações relativas às diásporas, consiste nas características específicas de determinados corredores de migração, ou seja, fluxos migratórios entre dois países. Os estudos relativos às diásporas necessitam de uma abordagem à medida tendo em conta a natureza da diáspora, a extensão das respectivas actividades, a disponibilidade dos recursos, as oportunidades de parceria, etc. presentes no país de origem e no país de destino (FGMD, 2008).

Uma abordagem de estudo cada vez mais utilizada para os estudos relativos às diásporas consiste na Investigação baseada na comunidade (Community-based research, CBR). Esta metodologia tenta promover a participação activa das comunidades sujeitas a estudo para superar as limitações dos métodos de investigação convencionais desenvolvidos e implementados a partir do exterior. Tal abordagem destina-se a facilitar a acessibilidade à população alvo, a melhorar a autenticidade e a relevância dos resultados do estudo, mas também a reforçar a consciencialização e as capacidades das comunidades (Fundação Walter e Duncan Gordon, 2007).

Exemplos: mapeamento das diásporas

Um exemplo inovador de utilização dos meios sociais e de metodologias baseadas na web para abordar os membros da diáspora consiste no estudo desenvolvido pelo Southern African Migration Project (SAMP) intitulado "Diasporas on The Web: new networks, new methodologies", que examina as diásporas africanas no Canadá: os sites de redes sociais (Social Networking Sites, SNS) tornaram-se um dos meios mais utilizados pelos membros das diásporas manterem para contactar e interagir com a família e os amigos no respectivo país de origem. O estudo mencionado baseia-se na internet (nos SNS em particular) para identificar e recrutar uma ampla amostra nacional dos membros das diásporas e utiliza os inquéritos on-line para recolher informações sobre as diásporas e as respectivas ligações com os países de origem. Desenvolveu uma estratégia de recrutamento electrónico multifacetado, incluindo meios sociais e sítios de diásporas, tais como Facebook, LinkedIn, Academia Edu, páginas web Universitários e Profissionais (Crush J. et al., em breve). Esta metodologia pode ser ajustada aos países ACP

(embora a utilização de redes sociais possa ser menos comum nos destinos ACP em comparação com o Canadá).

Outro exemplo de utilização de uma abordagem baseada na web é o estudo conduzido em 2010 pela OIM e pelo Governo da Zâmbia intitulado "Online Survey on Zambians in the Diaspora". Este estudo funciona como ponto de entrada para o compromisso do governo com os Zambianos que vivem no estrangeiro e que possam estar interessados em participar no desenvolvimento do país de origem. O estudo avalia, entre outros factores, as expectativas dos Zambianos que vivem no estrangeiro com o objectivo de partilhar legislação e políticas mais direccionadas às diásporas promovendo indirectamente o papel dos cidadãos Zambianos que vivem no estrangeiro no processo de desenvolvimento nacional. O breve inquérito recolhe informações sobre demografia, qualificações profissionais, recursos disponíveis, interesses e experiências dos migrantes Zambianos para identificar oportunidades para os membros individuais das diásporas no que diz respeito a partilhar informações actualizadas relevantes, melhorar a partilha de informações entre os membros da diáspora da zambiana, fortalecer as redes e associações da diáspora zambiana, etc. (para conhecer a totalidade do inquérito, consultar o anexo 3).

Ligações úteis

Directrizes

Engaging Diasporas as Development Partners for Home and Destination Countries: Challenges form Policymakers. Preparado por D. Ionescu, Migration Research Series (MRS) N.º 26, OIM, Genebra, 2006.

http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/mrs26%20interior.pdf

Diaspora Engagement in Peace-Building and Development in Home and Host Countries: Toolkit for Community-Based Research (CBR) Practitioner. Preparado por B.H. Belai, Fundação Walter e Duncan Gordon, Citizenship Programme, Diaspora and Transnational Communities, Toronto (programa relativo a cidadania, diáspora e comunidades transnacionais), Toronto, 2007.

http://www.gordonfn.org/resfiles/CBR_Tool_Final_Report.pdf

Boas práticas

Online Survey on Zambians in the Diaspora. OIM, Zâmbia, 2010. O estudo faz parte do projecto relativo à criação de capacidades institucional para o envolvimento da diáspora na Zâmbia (Institutional Capacity-Building for Diaspora engagement in Zambia), destinado a apoiar o Governo da República da Zâmbia a envolver e mobilizar a diáspora zambiana nos esforços em

prol do desenvolvimento. O projecto suporta o desenvolvimento de uma estratégia de diáspora nacional, estabelecendo um gabinete para os assuntos das diásporas (Office for Diaspora Affairs) e, através da recolha de informações estratégicas sobre a natureza e a localização da diáspora, promove a confiança e facilita os contactos entre a diáspora e o Governo zambiano.

Enhancing the development impact of migration: Developing an overseas employment and diaspora mobilization strategy in Mauritius, iniciado em 2006 pela OIM Maurítânia mobiliza a diáspora na Maurítânia para contribuir para o desenvolvimento do país. O projecto incluiu um mapeamento rápido da localização e do perfil da diáspora, bem como o desenvolvimento de um mapa preliminar para melhorar o envolvimento e a contribuição da diáspora relativamente às estratégias de desenvolvimento da Maurítânia. O resultado do projecto foi um estudo abrangente sobre as opções de políticas destinadas a envolver a diáspora da Maurítânia no desenvolvimento do país.

Labour Migration Unit at the Ministry of Labour and Human Resource Development and creation of tools for assessment of dynamics of Labour Migration in Kenya and of the Kenyan diaspora, implementado pela OIM Nairobi em 2008 com o objectivo de melhorar a capacidade de o Ministério do trabalho e do desenvolvimento dos recursos humanos (Ministry of Labour and Human Resources Development) gerir a migração laboral, contribuir para o desenvolvimento de uma política de migração laboral coerente e abrangente, e melhorar as ligações com a diáspora. O projecto resultou num relatório sobre os perfis da diáspora, aumentou o conhecimento da dinâmica no Reino Unido gerada pelo inquérito piloto e pelas recomendações feitas para conceber uma ferramenta baseada na internet.

The Contribution of Diaspora Return to Post-Conflict and Fragile States, OCDE, Paris, 2010. Um estudo da OCDE com exemplos de Sudão do Sul, Haiti e Afeganistão, destinado a compreender melhor de que modo o contributo da diáspora pode ajudar eficazmente os governos a realizar funções essenciais e fornecer serviços básicos em países frágeis e em fase de pós-conflito.

<http://www.oecd.org/dataoecd/31/1/46663447.pdf>

É apresentado um resumo das políticas realizado pela OCDE e pela OIM que combina as principais conclusões do estudo mencionado e as conclusões tiradas dos programas da OIM e relativamente ao contributo da diáspora para os estados frágeis em:

<http://www.oecd.org/dataoecd/42/6/46664322.pdf>

C.4 Migração laboral Sul-Sul

População alvo

O passo inicial de qualquer estudo de investigação relativo à migração laboral consistirá em definir claramente a noção de "migrante laboral". Para estudos a realizar em nome do Observatório ACP, é recomendável utilizar a definição da ONU para "trabalhador migrante" conforme indicado na Parte A deste guia.

A migração laboral pode ocorrer ao nível internacional ou nacional (geralmente do meio rural para o meio urbano) e, em ambos os casos, representa apenas um subconjunto do total de fluxos de migração internacional e nacional. No caso dos países ACP, a migração laboral pode dizer respeito a movimentos internos em direcção aos centros urbanos, fluxos de entrada de cidadãos nacionais de países vizinhos e/ou de países da mesma região ou de outras regiões ACP, bem como ao movimento dos cidadãos nacionais para um país ACP ou para outro país em desenvolvimento para procurar emprego ou desenvolver um actividade remunerada.

Sugestões para métodos de investigação

A investigação da migração laboral pode ter uma natureza mais quantitativa quando se tenta avaliar a presença de migrantes em determinados sectores económicos em comparação com a presença de cidadãos do país anfitrião e/ou quando se focar o tipo de actividades laborais desenvolvidas pelos migrantes (comparar, por exemplo, pessoas altamente qualificadas com pessoas não qualificadas). Este tipo de estudo de investigação utiliza sobretudo métodos baseados em inquérito, empregando amostras estatisticamente significativas, e permite obter um panorama geral das tendências em mudança no que diz respeito ao número e ao emprego de força de trabalho estrangeira no mercado laboral nacional. Os dados dos Censos também representam uma fonte útil para avaliar o estatuto profissional, a ocupação, o rendimento, etc. (para obter detalhes, consultar UNSD, *Handbook on Measuring the Economically Active Population and related Characteristics in Population Censuses*, 2009).

Por outro lado, os estudos mais qualitativos centram-se nas condições de trabalho dos migrantes no local de trabalho, tais como o horário de trabalho diário, seguro de acidentes, folgas concedidas e outros direitos laborais básicos. Tais informações costumam ser recolhidas através de um inquérito às forças de trabalho (Labour Forces Survey, LFS), ou seja, um inquérito padrão ao agregado familiar de estatísticas relacionadas com o trabalho (os LFS disponíveis publicamente são apresentados in-line pela OIT:

http://www.ilo.org/dyn/lfsurvey/lfsurvey.list?p_lang=en; mais estatísticas laborais e metadados disponíveis na base de dados da OIT LABORSTA).

Os exercícios de mapeamento de qualificações utilizam ferramentas qualitativas e quantitativas. Tais estudos tentam avaliar até que ponto as características da força de trabalho migrante correspondem à necessidade de qualificação real do mercado laboral no país de destino, fornecendo informações úteis para o desenvolvimento de uma estratégia de migração nacional.

Exemplos: avaliar estatísticas de migração laboral

Conforme mencionado, a comparação das estatísticas de migração laboral costuma ser problemática devido aos diferentes conceitos e termos utilizados nos diferentes países. Com vista a uma maior integração regional, em termos de áreas de comércio livre, mas também de áreas de movimento (laboral) livre, a melhoria da medição e da recolha de estatísticas laborais assume a maior importância. O estudo recente *Data Assessment of Labour Migration Statistics in the SADC region: South Africa, Zambia, Zimbabwe* levado a cabo pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em parceria com a comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), destinou-se a avaliar os sistemas de recolha de dados nacionais existentes relativamente à força de trabalho internacional em três países alvo, focando-se particularmente na "fuga de cérebros" e nos fluxos de remessas entre os países em causa. O estudo permitiu identificar lacunas de dados essenciais, elaborando recomendações sobre o modo como os dados existentes podem ser melhorados e como os potenciais mecanismos de partilha de dados poderiam complementar os conhecimentos existentes relativamente aos padrões de migração laboral nesta região. A Tabela 4 é recomendada por este estudo para medir as populações e os fluxos de migrantes internacionais, bem como as remessas, o que permite obter vários indicadores de migração laboral (OIM e SADC, 2009).

Tabela 4: Tabulações recomendadas para a medição de populações, fluxos e remessas de migrantes

POPULAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - População residente por idade (grupos etários de 5 anos), sexo, país de nascimento (10 países de origem principais e outros países de origem) - População residente por idade, sexo, país de nacionalidade - Pessoas empregues por idade, sexo, país de nascimento/nacionalidade: <ul style="list-style-type: none"> Indústria (conforme as normas CITP) por idade, sexo, país de nascimento/nacionalidade: Ocupação (conforme as normas CITP) por idade, sexo, país de nascimento/nacionalidade: - Estatuto profissional por idade, sexo, país de nascimento/nacionalidade - Número de refugiados por país de origem (por idade, sexo, grau de ensino, ocupação) - Cidadãos nacionais no estrangeiro por sexo, idade e ocupação/indústria, grau de ensino (10 principais países de destino e outros países de destino) (emigrantes) - Pessoas que já viveram/trabalharam no estrangeiro por sexo, idade, ocupação (migrantes de regresso)

FLUXOS (utilizando um intervalo de migração de 12 meses)
<ul style="list-style-type: none"> - Fluxos de entrada de migrantes (estrangeiros e nascidos no estrangeiro) por idade, sexo, país de origem (10 principais países de origem e outros países de origem) - Fluxos de entrada de trabalhadores migrantes (empregados) por idade, sexo, indústria, ocupação (10 principais países de origem e outros países de origem) - Fluxos de entrada de refugiados por país de origem (por idade, sexo, grau de ensino) - Fluxos de saída de cidadãos nacionais por idade, sexo (e, se possível, grau de ensino/estatuto profissional/indústria/ocupação) por país de destino (10 principais países de destino e outros países de destino)
REMESSAS (a maior parte destas informações não está disponível, mas pode ser obtida através de inquéritos)
<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo de entrada total (por tipos de remessa), por país de origem (10 principais países de origem e outros países de origem) - Fluxo de saída total (por tipos de remessa), por país de destino (10 principais países de destino e outros países de destino) - Quantia média enviada/recebida pelos agregados familiares (mensalmente e anualmente) <ul style="list-style-type: none"> Valor em dinheiro Valor em bens Valor de remessas em espécie Valor de pensões recebidas de outros países - Frequência de envio - Modo de transmissão (método utilizado com mais frequência para o envio) <ul style="list-style-type: none"> Transferência bancária Organização de transferência monetária (MTO) Serviços postais Agente/correio Transporte em mãos Outros - Utilização de remessas (dinheiro) (modelo) <ul style="list-style-type: none"> Utilizadas para comprar alimentos e/ou vestuário para a família Comprar outros bens para o agregado familiar Pagar a frequência escolar/formação vocacional de um membro do agregado familiar Pagar cuidados de saúde Pagar dívidas Pagar um casamento, funeral ou outras situações sociais Pagar uma visita ao estrangeiro (viagem) Comprar terrenos Alugar terrenos Melhorar terrenos Comprar material/máquinas para trabalhos agrícolas Investir em negócios que não de carácter agrícola

Outros investimentos financeiros Comprar/melhorar a habitação/construir uma habitação Poupar dinheiro (poupanças em bancos ou serviços postais) Outros
POSSÍVEIS INDICADORES DERIVADOS DAS TABELAS
<ul style="list-style-type: none"> - % da população composta por migrantes - % da força de trabalho composta por migrantes (por indústria ou ocupação) - % de migrantes integrados na força de trabalho - % de migrantes composta por requerentes de asilo/refugiados - Taxa de imigração anual - Taxa de emigração anual - Taxa de migração líquida anual - % total de migrantes (população) chegados no ano anterior - % de emigrantes com grau de ensino superior - Quantia média de remessas recebidas (para agregados familiares que recebem remessas) - Quantia média de remessas enviadas (para agregados familiares que enviam remessas) - % de utilização de remessas para suprir necessidades básicas (alimentos, vestuário, habitação)

Fonte: OIM e SADC, 2009.

Outros bons exemplos de investigação relativa à migração laboral consistem nos estudos levados a cabo pela Rede Europeia das Migrações (REM), um projecto piloto criado pela Comissão Europeia (CE) em 2003, no sentido de fornecer informações actualizadas, objectivas, fiáveis e comparáveis sobre migração e asilo, com vista a suportar a criação de políticas nestas áreas no seio da União Europeia. À semelhança do Observatório ACP, a REM realiza estudos em vários países alvo seguindo uma metodologia comum (incluindo um glossário) para tornar os resultados comparáveis e permitir a análise transfronteiras. Por exemplo, o estudo da REM intitulado "Satisfying Labour Demand through Migration in the European Union" é particularmente relevante para o contexto das políticas na UE, considerando a população envelhecida da UE. Com base nos resultados de 15 relatórios nacionais, é possível realizar uma primeira descrição geral do modo como a migração é utilizada para abordar a procura laboral. Embora os conceitos variem entre Estados Membros, criando algumas dificuldades para assegurar a comparabilidade dos dados estatísticos, as principais definições são utilizadas consistentemente (trabalhadores altamente qualificados, trabalhadores não qualificados, trabalhadores sazonais, etc.) em todos os estudos nacionais. As principais fontes de dados para todos os relatórios nacionais são os inquéritos relativos à força de trabalho que, geralmente, estabelecem a distinção por nacionalidade e qualificação (ocupação e nível de qualificação estimado através do grau de ensino). Para incluir também informações sobre trabalhadores sazonais ou obter informações adicionais, utilizam-se várias fontes complementares (por exemplo a aplicação AGDREF, que produz autorizações de residência em França, dados da

segurança social na Áustria, etc. Para obter mais detalhes sobre os estudos levados a cabo pela REM (consultar <http://emn.intrasoft-intl.com/html/index.html>).

Ligações úteis

Directrizes

O documento "working paper" 30/2007 da OIT, *Directions for national and international data collection on forced labour*, apresenta algumas ideias e orientações sobre como reduzir as lacunas existentes no que diz respeito aos conhecimentos sobre as dimensões quantitativas do trabalho forçado.

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081986.pdf

O projecto desenvolvido pela OSCE-OIM-OIT *Handbook on Establishing Effective Labour Migration Policies in Countries of Origin and Destination* destina-se a apoiar os Estados no âmbito dos esforços para desenvolver novas abordagens políticas, soluções e medidas práticas para melhor gerir a migração laboral nos países de origem e de destino. A OIM e a OSCE estão a desenvolver actualmente módulos de formação genérica (Generic Training Modules) relacionados com o Handbook, incluindo versões adaptadas para o contexto da África Subsariana e da América Latina.

http://www.osce.org/publications/eea/2006/05/19187_620_en.pdf

Handbook on Measuring the Economically Active Population and related Characteristics in Population Censuses, 2009 da divisão estatística das Nações Unidas (UNSD).

http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/Final_draft%20ESA_STAT_SER.F102.pdf

Boas práticas

Data Assessment of Labour Migration Statistics in the SADC Region: South Africa, Zambia, Zimbabwe. OIM e SADC, 2009.

http://iom.org.za/site/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=155

C.5 Tráfico de pessoas nos e dos países ACP

População alvo

Ao investigar o tráfico de pessoas (TiP), existem diferentes tipos de dados a recolher: por exemplo, informações sobre vítimas de tráfico, traficantes, processo de tráfico, resposta da justiça penal ao TiP, tipos de assistência prestada e estrutura legal, entre outros (OIM e BMI, 2009). Esta secção apresenta um exemplo de como recolher dados sobre vítimas de tráfico, no entanto, continua a ser essencial triangular estes dados com informações sobre as outras categorias mencionadas (referências de exemplos incluídas no final desta secção).

O acesso às vítimas de tráfico costuma ser difícil devido a diferentes factores. As estratégias de controlo utilizadas pelos traficantes e exploradores, incluindo ameaças a familiares, podem fazer com que as pessoas não estejam dispostas a participar na investigação enquanto se encontram nos países de destino. É provável que o medo de represálias permaneça quando as vítimas regressam ao país de origem. Obviamente, este facto afecta o tipo e a quantidade de informações que as pessoas contactadas estão dispostas a partilhar (Surtees & Craggs, 2010; OIM, orientações de investigação internas). Para além disso, as vítimas de tráfico podem não saber que o são ou podem não querer ser consideradas como tal. As vítimas de tráfico podem ainda ser estigmatizadas pela respectiva comunidade quando regressam ao país de origem, dissuadindo a vítima de tráfico a comunicar o caso (consultar Laczko e Danailova-Trainor, 2009).

Para além das vítimas de tráfico actuais ou anteriores, existem vários "informadores principais" que representam uma importante fonte de informações e um grupo alvo de entrevista frequente, incluindo, por exemplo, responsáveis governamentais de ministérios ou gabinetes que lidam com os assuntos dos migrantes, prestadores de serviços, médicos e outros (OIM, orientações de investigação internas).

Sugestões para métodos de investigação (envolvendo vítimas de tráfico)

Os principais instrumentos para recolher dados sobre vítimas de tráfico são ferramentas de inquérito auto-administradas para obter uma indicação do tamanho e das principais características do fenómeno ou entrevistas presenciais semi-estruturadas mais qualitativas. As entrevistas aprofundadas são o método mais adequado se a investigação permitir recorrer a menos participantes e necessitar de informações detalhadas (para conhecer outras abordagens, consultar Surtees e Craggs, 2010, e Brunovkis e Surtees, 2010).

Através de entrevistas, as experiências das vítimas de tráfico podem ser analisadas detalhadamente, ao contrário do que se passa com os questionários, em que as respostas são curtas e frequentemente incompletas. As entrevistas são também muito mais pessoais, permitindo o debate de questões mais sensíveis. No entanto, as entrevistas presenciais requerem o estabelecimento de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, o que pode

implicar algum tempo e paciência. Para além disso, a autorização informada e o respeito por outros princípios éticos são elementos cruciais ao entrevistar vítimas de tráfico (para obter detalhes, consultar, por exemplo, *WHO ethical and safety recommendations for interviewing trafficked women*, Zimmerman, C. e C. Watts, London School of Hygiene & Tropical Medicine e Organização Mundial da Saúde, 2003; *The IOM Handbook on Direct Assistance for Victims of Human Trafficking*, OIM, Genebra, 2007; *Guidelines for the collection of data on trafficking in human beings, including comparable indicators*, OIM-BMI, Viena, 2009).

A recolha de informações junto de vítimas de tráfico requer mais atenção do que simplesmente ler as questões que compõem um questionário. O entrevistador pode incentivar o entrevistado a partilhar as suas experiências, garantindo a total confidencialidade das informações recolhidas (OIM, orientações de investigação internas).

Outro aspecto importante a ter em conta ao investigar o tópico do Tráfico de Pessoas consiste nas respectivas ligações ao Desenvolvimento Humano. A pobreza é frequentemente considerada a "principal causa" do tráfico, mas as ligações entre pobreza, falta de desenvolvimento e tráfico são complexas. De facto, em alguns casos, ser vítima de tráfico para o estrangeiro pode representar a melhor opção para uma pessoa do que permanecer no país de origem ou de trânsito. Assim, os dados relativos à pobreza e os indicadores socio-económicos adicionais também devem ser reunidos e triangulados sempre que possível com outras informações recolhidas. Tal abordagem estende-se além da simples elaboração de relatórios sobre casos de tráfico de pessoas e produz conclusões mais orientadas para as políticas (para obter mais informações, consultar Laczko e Danailova-Trainor, 2009).

Exemplo (recolha de dados centrados em vítimas de tráfico)

O estudo *Guidelines for the Collection of Data on Trafficking in Human Beings, including Comparable Indicators*, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Ministério Federal do Interior da Áustria (BMI), sugere a recolha de informações ao número de pessoas oficialmente identificadas e registadas como vítimas de tráfico, ou seja, vítimas de tráfico que receberam assistência, mas também aquelas a quem foi recusada assistência, aquelas que recusaram receber assistência e as que desapareceram. Este modelo baseia-se na abordagem adoptada pela OIM. A tabela 5 inclui indicadores sugeridos para a recolha de informações essenciais sobre vítimas de tráfico de pessoas.

Tabela 5: Modelo para a recolha de dados sobre vítimas de tráfico de pessoas

Informações (indicadores) a recolher	Respostas
Sexo	<i>Masculino/Feminino/Transgénero/Desconhecido</i>
Nacionalidade	<i>País*</i>
País de nascimento	<i>País</i>
Idade do primeiro contacto com o recrutador	<i>Em meses e anos</i>
País de recrutamento	<i>País</i>
Tipo de recrutamento	<i>Rapto/Venda por um familiar/Venda por alguém que não um familiar/Adopção/Possibilidade de formação oferecida ou esperada/Visita à família oferecida ou esperada/Visita a amigos oferecida ou esperada/Oportunidade de trabalho oferecida ou esperada/Proposta de casamento recebida ou esperada/Turismo/Outro/Indisponível/Desconhecido</i>
Ligação com o recrutador	<i>Familiar directo/Parente/Connhecido/Amigo/Estranho/Indisponível/Desconhecido</i>
Fronteiras nacionais atravessadas	<i>Nenhuma fronteira nacional atravessada/Fronteiras nacionais atravessadas/Indisponível/Desconhecido</i>
Forma de atravessar a fronteira	<i>Com documentos legais/Com documentos falsificados/Com a ajuda de terceiros/Illegalmente/Indisponível/Desconhecido</i>
País de exploração	<i>País</i>
Idade em que a exploração teve início	<i>Em meses e anos</i>
Estatuto legal no local da exploração	<i>Normal/Irregular/Indisponível/Desconhecido</i>
Tipo de exploração	<i>Exploração sexual/Trabalho forçado (Trabalho na agricultura/Mendicidade/Tomar conta de crianças/Construção/Trabalho doméstico/Trabalho fabril/Pesca/Exploração mineira/Trabalho em restaurante ou hotel/Comércio ambulante/Negócios/Outro)/Actividades criminais menores/Serviço militar forçado/Casamento forçado/Extracção de órgãos/Outro/Indisponível/Desconhecido</i>
Tipo de ajuda concedida à vítima	<i>Ajuda médica/Ajuda psicológica/Ajuda jurídica/Acolhimento/Ajuda em viagem/Ajuda aquando da recepção/Ajuda à reintegração/Ajuda à reimplantação/Ajuda à integração no país de destino/Ajuda psicossocial/Outro/Indisponível/Desconhecido</i>
Cooperação da vítima com as forças policiais	<i>Sim/Não/Indisponível/Desconhecido</i>
Cooperação da vítima com os funcionários judiciais	<i>Sim/Não/Indisponível/Desconhecido</i>
A vítima foi sujeita a novo tráfico	<i>Sim/Não/Indisponível/Desconhecido</i>

¹⁰⁷ Para ver uma lista de países, consultar a Organização Internacional de Normalização (2008): *List of English country names and codes elements*.

¹⁰⁸ Para obter mais informações, consultar a Organização Internacional para as Migrações (2007): *The IOM Handbook on Direct Assistance for Victims of Trafficking*. Genebra.

¹⁰⁹ Para obter mais informações sobre as consequências do tráfico de pessoas em termos de saúde, incluindo acções específicas para os prestadores de cuidados de saúde, consultar OIM, London School for Hygiene and Tropical Medicine e UN.GIFT (2009): *Caring for Trafficked Persons: Guidance for Health Providers*.

Fonte: OIM e BMI, 2009.

Nota: muitos países ACP ainda não dispõem de uma legislação explícita relativa ao tráfico, sendo que as informações requisitadas relativamente ao cumprimento da legislação podem não ser aplicáveis.

Exemplo (analisar dados centrados em vítimas de tráfico)

O exemplo mais avançado de recolha de dados abrangente relativamente a vítimas de tráfico de pessoas é representado pelo Módulo contra o tráfico (CTM) da OIM, também conhecido como base de dados sobre tráfico de pessoas da OIM. Trata-se da maior base de dados transnacional que contém apenas dados primários sobre vítimas de tráfico (VoT). Desenvolvida e implementada pela missão da OIM em Pristina, a sua utilização foi aumentando, no sentido de incluir todas as regiões do mundo. A estrutura segue o formato de dois questionários VoT da OIM associados, que são utilizados pelas missões da OIM e pelas organizações parceiras envolvidas na assistência directa. O formulário de entrevista de rastreio (Screening Interview Form) da OIM é um formulário à escala da instituição destinado a avaliar se a pessoa é vítima de tráfico e por isso elegível para um projecto de assistência da OIM; o formulário de entrevista de rastreio tem como objectivo determinar a natureza da assistência directa prestada, bem como documentar mais pormenores da experiência de tráfico (para obter detalhes, consultar OIM, 2007a). A base de dados funciona agora em 72 missões da OIM em todo o mundo, embora a utilização da ferramenta varie de missão para missão. Embora nem todas as missões da OIM tenham possibilidade de utilizar a base de dados sobre tráfico de pessoas da OIM, foram integrados dados adicionais de não utilizadores para aumentar a precisão e a exaustão de todos os casos de VoT que receberam assistência da OIM. Apesar de o sistema ter sido inicialmente concebido como ferramenta de gestão de casos para os programas de assistência directa contra o tráfico da OIM, demonstrou desde sempre ser uma mais-valia para a investigação. No entanto, as informações recolhidas presentes na ferramenta necessitam de ser devidamente contextualizadas para evitar a interpretação incorrecta dos valores (para obter mais informações, consultar Surtees & Craggs, 2010; comentário de mapa VoT incluído na OIM, 2010).

Ligações úteis

Directrices

Recommended Principles and Guidelines on Human Rights and Human Trafficking, Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para o Conselho Económico e Social (Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights to the Economic and Social Council), E/2002/68/Adição 1, Nova Iorque, 2002.

[http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/caf3deb2b05d4f35c1256bf30051a003/\\$FILE/N0240168.pdf](http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/caf3deb2b05d4f35c1256bf30051a003/$FILE/N0240168.pdf)

Guidelines for the collection of data on trafficking in human beings, including comparable indicators. OIM-BMI, Viena, 2009.

<http://www.iomvienna.at/images/stories/Guidelines%20for%20the%20Collection%20of%20Data%20on%20Trafficking%20in%20Human%20Beings.pdf>

The IOM Handbook on Direct Assistance for Victims of Human Trafficking. OIM, Genebra, 2007.

http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/CT%20handbook.pdf

WHO ethical and safety recommendations for interviewing trafficked women, preparado por Zimmerman, C. e C. Watts, London School of Hygiene & Tropical Medicine e Organização Mundial da Saúde, 2003.

<http://www.who.int/gender/documents/en/final%20recommendations%2023%20oct.pdf>

Beneath the Surface: Methodological Issues in Research and Data Collection with Assisted Trafficking Victims. Preparado por R. Surtees e S. Craggs, OIM-NEXUS Institute, Human Trafficking Research Series, Genebra 2011.

Human trafficking and forced labour exploitation - guidance for legislation and law enforcement, OIT, Genebra, 2005.

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081999.pdf

Untold Stories: Biases and Selection Effects in Research with Victims of Trafficking for Sexual Exploitation. Preparado por A. Brunovskis e R. Surtees; um documento que destaca e exemplifica algumas questões metodológicas e éticas a considerar e a implementar ao realizar investigações junto de vítimas de tráfico em *International Migration, Special Issue on Human Trafficking*, Volume 48, Edição 4, Agosto de 2010.

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2010.00628.x/full>

Trafficking in Persons and Development: Towards Greater Policy Coherence, preparado por G. Danailova-Trainor e F. Laczko; um documento que destaca uma possível estrutura para uma abordagem mais baseada em provas para compreender as ligações entre tráfico, políticas de tráfico e desenvolvimento humano; em *International Migration, Special Issue on Human Trafficking*, Volume 48, Edição 4, Agosto de 2010.

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2010.00625.x/pdf>

ASEAN and Trafficking in Persons: Using Data as a Tool to Combat Trafficking in Persons. OIM, Genebra, 2007.

http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/lowres%20asean%20report-complete.pdf

Data and Research on Human Trafficking: A Global Survey. OIM, Genebra, 2005.

http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/data_res_human.pdf

Let's Talk: Developing Effective Communication with Child Victims of Abuse and Human Trafficking, UNICEF, Pristina, 2004.

http://www.childtrafficking.org/pdf/user/handbook_lets_talk_a5_eng.pdf

Handbook on Anti-Trafficking Data Collection in South-Eastern Europe: Developing Regional Criteria. CIDPM, Viena, 2010.

http://www.ungift.org/doc/knowledgehub/resource-centre/ICMPD_Handbook_on_Anti-Trafficking_Data_Collection_in_SEE.pdf

Human Trafficking: New Directions for Research. Documento preparado para o diálogo internacional sobre a migração (IDM), tráfico de pessoas e exploração de migrantes: assegurar a protecção dos direitos humanos) (International Dialogue on Migration, Trafficking in Persons and Exploitation of Migrants: Ensuring Protection of Human Rights), Genebra, Julho de 2009.

http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/ensuring_protection_070909/human_trafficking_new_directions_for_research.pdf

Boas práticas

Trafficking of Men – a trend less considered: The case of Belarus and Ukraine. Preparado por R. Surtees, MRS N.º 36, OIM, Genebra, 2008.

http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=311

O gabinete das Nações Unidas para a droga e a criminalidade (UNODC) fornece diferentes exemplos de investigação e ferramentas relacionadas com o tráfico de pessoas:

<http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/publications.html>

In Pursuit of the Southern Dream: Victims of Necessity – Assessment of the irregular movement of men from East Africa and the Horn to South Africa. OIM, Genebra, 2009.

http://publications.iom.int/bookstore/free/In_Pursuit_of_the_Southern_Dream.pdf

Stolen Smiles: The physical and psychological health consequences of women and adolescents trafficked in Europe. London School of Hygiene and Tropical Medicine (com a OIM como parceira de investigação), Londres, 2006.

<http://genderviolence.lshtm.ac.uk/files/Stolen-Smiles-Trafficking-and-Health-2006.pdf>

Second Annual Report on Victims of Trafficking in South-Eastern Europe. Preparado por R. Surtees, OIM, Genebra, 2005.

http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/studies_and_reports/second_annual05.pdf

C.6 Migração e saúde

População alvo

A saúde dos migrantes é um campo de investigação cada vez mais importante. As principais áreas de investigação sobre a migração e a saúde incluem, entre outros, o estado de saúde dos migrantes (por exemplo o peso da morbilidade e da mortalidade, factores de risco), direito dos migrantes a receber cuidados de saúde (por exemplo lacunas existentes e discrepância entre a legislação/política e a prática), acessibilidade dos serviços de saúde (obstáculos linguísticos, culturais e outros) e qualidade dos serviços de saúde (por exemplo prevenção de doenças e promoção da saúde). Os estudos relativos à mobilidade dos prestadores de cuidados de saúde podem ser particularmente relevantes para os países ACP, tendo em conta o papel crucial que os médicos e enfermeiros desempenham nos sistemas nacionais de saúde.

Vários estudos empíricos demonstraram que os migrantes costumam apresentar diferentes características e comportamentos no que diz respeito à saúde em comparação com os habitantes dos países de destino (OIM, 2001). Assim, as avaliações relativas à saúde centram-se na investigação das condições de saúde dos migrantes e das minorias étnicas, incluindo grupos particularmente vulneráveis, tais como refugiados e requerentes de asilo; migrantes sem documentos/irregulares; minorias étnicas, como por exemplo os ciganos; vítimas de tráfico de pessoas, etc. O estudo destes grupos de migrantes especiais requer frequentemente o deslocamento para áreas de difícil acesso, bem como o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento específicas para os envolver na investigação.

Sugestões para métodos de investigação

Abordar as necessidades dos migrantes em termos de saúde não só permite melhorar a saúde dos migrantes como também contribui para reduzir o estigma e facilitar a integração dos migrante, reduzir os custos sociais e de saúde a longo prazo suportados pelos países de origem, trânsito, destino e regresso, proteger a saúde pública global e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento social e económico. Assim, a investigação sobre a saúde dos migrantes deve ir além das doenças infecciosas e do controlo fronteiriço para incluir vulnerabilidades de saúde relacionadas com a migração, doenças não transmissíveis, saúde mental, saúde ocupacional, saúde ambiental, acesso aos cuidados de saúde e questões relacionadas com os direitos humanos.

A selecção do método de investigação adequado depende em grande medida da área de investigação e dos objectivos do estudo. As avaliações da saúde dos migrantes, por exemplo, destinam-se a criar um historial clínico para cada pessoa, o que significa que todo e qualquer evento clínico relevante deve ser registado. Os questionários auto-administrados podem não

funcionar particularmente bem, uma vez que um migrante pode não indicar um evento médico relevante da sua vida por medo de ser excluído de um programa de transferência ou de apoio (OIM, 2001). Os estudos sobre a acessibilidade dos serviços de saúde utilizam frequentemente dados quantitativos sobre a utilização de tais serviços, mas necessitam de instrumentos qualitativos para avaliar correctamente as reais necessidades em termos de saúde, bem como os obstáculos que não permitem a utilização eficiente dos serviços de saúde prestados aos migrantes. É também de referir que existe frequentemente uma falta de avaliação dos diferentes esforços de investigação relativos à migração e à saúde, fazendo com que seja difícil determinar qual abordagem inclui boas práticas ou melhores práticas.

Exemplos (avaliar o estado de saúde e a vulnerabilidade dos migrantes)

O *Integrated Bio-Behavioral Surveillance Surveys (IBBS) among migrant sex workers* é um bom exemplo de investigação levada a cabo pelo departamento de migrações e saúde (Migration Health Division, MHD) da OIM em diferentes países africanos, tais como o Quénia e a Somália. Aplicando práticas de amostragem únicas para incluir populações difíceis de alcançar em estudos relativos à saúde dos migrantes, este método de investigação foi capaz de esclarecer como é que o contexto de mobilidade (espaços de vulnerabilidade) pode fazer com que os migrantes assumam comportamentos arriscados em termos de saúde, resultando no acesso desigual a programas e serviços de saúde. Em Hargeisa, Somalilândia, Somália, o IBBS teve como objectivo medir a prevalência do VIH e da sífilis, bem como descrever as características do trabalho sexual entre trabalhadoras do sexo (female sex workers, FSW). Um inquérito trans-seccional incluiu 237 trabalhadoras do sexo utilizando o método de amostragem conduzida pelo inquirido (RDS). Realizou-se uma entrevista presencial estruturada utilizando o método de entrevista directa com a utilização de um computador portátil (HAPI) e assistentes digitais pessoais (PDA), e recolheu-se sangue para proceder a análise sorológica. O modelo utilizado neste estudo divide-se em onze secções: i) Características demográficas; ii) Historial sexual: número e tipo de parceiros; iii) Historial sexual: sexo transaccional; iv) Historial sexual: relações sexuais não transaccionais/pagas; v) Preservativo masculino; vi) Preservativo feminino; vii) IST e comportamento de busca de tratamento de IST; viii) Conhecimentos, opiniões e atitudes; ix) Uso de substâncias; x) Meios de comunicação social e exposição do programa de intervenção relativo ao VIH; e xi) Estigma e discriminação (para consultar a totalidade do questionário de inquérito, consultar o anexo 4)

Outro bom exemplo de investigação relativa à saúde junto de populações de migrantes vulneráveis consiste no estudo intitulado "Stolen Smiles – The physical and psychological health consequences of women and adolescents trafficked in Europe" levado a cabo por um grupo de investigação de que fez parte a London School of Hygiene & Tropical Medicine, a Animus Association Foundation (Bulgária), a International Organization for Migration (OIM), a La Strada (República Checa), a On the Road (Itália), a Pagasa (Bélgica) e a Poppy Project (Reino Unido).

Este estudo foi realizado para dispor de um panorama abrangente relativamente às necessidades das mulheres em termos de saúde após uma experiência de tráfico para identificar políticas de prestação de cuidados e estratégias de serviço capazes de melhorar as oportunidades de as mulheres recuperarem a saúde e o bem-estar. Através de uma avaliação detalhada enquanto estas mulheres se encontravam ao cuidado de prestadores de serviços pós-tráfico, o estudo teve como objectivo i) gerar dados qualitativos e quantitativos (alguns dos primeiros dados estatísticos de sempre produzidos sobre o assunto) relativamente aos sintomas registados; ii) examinar como as necessidades de saúde das mulheres se alteram ao longo de três fases dos serviços de prestação de cuidados (ou seja, intervenção em situações de crise, ajuste e gestão de sintomas a longo prazo); e iii) identificar padrões de sintomas e prioridades de saúde para as mulheres em situações de recepção de serviços pós-tráfico. Os métodos de investigação comuns, geralmente concebidos para monitorizar a população em geral, teriam sido inadequados para as mulheres vítimas de tráfico e de exploração sexual, consequentemente, foi necessário proceder a adaptações para permitir determinar as diferentes complicações de saúde sofridas pela população alvo: um questionário semi-estruturado, incluindo várias questões de resposta livre para permitir que as mulheres falassem sobre os diferentes assuntos explorados, sendo que a equipa responsável pelo estudo elegeu a utilização de relatórios autónomos em vez da análise clínica para melhor compreender de que modo as mulheres percebem e estabelecem prioridades no que diz respeito às próprias necessidades de saúde; para obter esclarecimentos relativamente às mudanças na saúde feminina, todas as mulheres foram entrevistadas em três períodos temporais diferentes. O questionário foi dividido em quatro partes: a) informações demográficas/de referência, b) saúde física, c) experiências de violência, e d) saúde mental. Foram utilizadas ferramentas existentes para determinar sintomas pós-traumáticos (o questionário de Harvard sobre trauma (Harvard Trauma Questionnaire, HTP) e três subescalas do inventário de sintomas resumido (Brief Symptom Inventory, BSI)) para determinar estados de saúde mental da população alvo. Ao investigar estados de saúde de grupos vulneráveis, tem de se realçar particularmente as considerações éticas para assegurar que o estudo não coloca as pessoas em risco iminente ou futuro. As medidas éticas e de segurança aplicadas neste estudo assentaram em dez princípios orientadores da OMS em que se destacam os padrões mínimos a empregar para trabalhar com mulheres vítimas de tráfico (consultar *WHO ethical and safety recommendations for interviewing trafficked women*, Zimmerman, C. e C. Watts, London School of Hygiene & Tropical Medicine e Organização Mundial da Saúde, 2003).

Exemplo (analisar a mobilidade dos profissionais de saúde)

Um exemplo inovador para estudar o movimento de médicos, enfermeiros e outros prestadores de cuidados de saúde é o projecto relativo à mobilidade dos profissionais de saúde intitulado "Mobility of Health Professional" (MoHProf) implementado por um grupo de instituições científicas em conjunto com organizações de serviços de saúde internacionais activas ao nível

mundial⁹ e fundado pela CE. O principal objectivo do projecto consiste em investigar as tendências actuais relativas à mobilidade dos profissionais de saúde para, de e no seio da UE. A investigação também será conduzida em países emissores e receptores que não fazem parte da Europa, mas o foco reside na UE. Através de estudos comparativos entre países, este projecto destina-se a avaliar o impacto de diferentes tipos de migração nos sistemas nacionais de saúde e a facilitar políticas relativas ao planeamento de recursos humanos. O projecto mede os fluxos migratórios dos profissionais de saúde, mas também reúne informações qualitativas relativamente à profissão, às motivações para ir viver para o estrangeiro e ao contexto social. Este estudo utiliza entrevistas aprofundadas com os principais intervenientes seguindo directrizes temáticas e triangula as conclusões com os dados e as estatísticas existentes. O MoHProf destina-se a desenvolver estruturas conceptuais para monitorizar sistemas relativos à mobilidade dos profissionais de saúde e recomendações sobre políticas de recursos humanos em países da Europa e em países terceiros para decisores políticos (para obter mais detalhes, consultar <http://www.mohprof.eu/LIVE/>).

Ligações úteis

Directrizes

O *Migration Health Services Medical Manual* (Edição de 2001) constitui uma ferramenta de referência que fornece directrizes para a promoção e aplicação de melhores práticas nas áreas da gestão de saúde, prevenção de doenças e tratamento médico e prático para actividades relacionadas com os cuidados de saúde junto de imigrantes.

http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=19&products_id=270

WHO ethical and safety recommendations for interviewing trafficked women, preparado por Zimmerman, C. e C. Watts, London School of Hygiene & Tropical Medicine e Organização Mundial da Saúde, 2003.

<http://www.who.int/gender/documents/en/final%20recommendations%2023%20oct.pdf>

⁹ Os participantes formam um grupo director de projecto (Project Steering Group), sendo que a investigação será supervisionada por um grupo director de investigação (Research Steering Group) e conduzida por parceiros de investigação regionais (Regional Research Partners). O principal parceiro do MoHProf é o "Scientific Institute of the German Medical Association" (WIAD); outros participantes são a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Missão com Funções Regionais, África do Sul e Bélgica; "Medical University of Varna" (MUV), Bulgária; "Centre of Migration Research of the Warsaw University" (CMR), Polónia; "Institute of Health Policy and Development Studies of the University of the Philippines" (IHPDS); "Public Health Institute" (PHI), EUA; "International Hospital Federation" (IHF), França; "International Council of Nurses" (ICN), Suíça; "Associação Médica Mundial" (AMM), França; "European Medical Association" (EMA), Bélgica; e "Global Health Workforce Alliance" (GHWA), Suíça (para obter detalhes consultar <http://www.mohprof.eu/LIVE/>).

Boas práticas

O documento conjunto da OIM-ONUSIDA/PAF-OMS sobre a avaliação da mobilidade e da vulnerabilidade relativamente ao VIH entre os migrantes de Mianmar no Distrito de Mae Sot, na Província de Tak, Tailândia, examina factores ambientais e sociais, acesso a serviços, conhecimentos e vulnerabilidades comportamentais, bem como questões de género, estigma e discriminação.

<http://www.iom-seasia.org/resource/pdf/AssessmentofMobilityHIVMyanmar.pdf>

Para avaliação do VIH e realização de estudos com populações de migrantes, consultar a secção relativa ao Departamento de migrações e saúde (MHD) nas publicações do gabinete da OIM na África do Sul, abrangendo diferentes estudos relacionados com o VIH e com a mobilidade.

http://iom.org.za/site/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=22&Itemid=238

O "Integrated Biological and Behavioural Surveillance Survey (IBBSS) in the commercial Agricultural Sector of South Africa" parte de um projecto em curso direccionado para os trabalhadores agrícolas denominado "Ripfumelo Project" implementado pela parceria sobre VIH e mobilidade na África Austral (PHAMSA)/Organização Internacional para as Migrações (OIM). O principal objectivo deste inquérito consistiu em obter informações sobre a prevalência do VIH entre os trabalhadores agrícolas e em documentar os respectivos comportamentos, percepções e atitudes relativamente a questões relacionadas com o VIH. Este estudo incluiu um inquérito sobre a prevalência trans-seccional do VIH, conhecimentos, atitudes, práticas e comportamentos (Knowledge, Attitude, Practice and Behaviour, KAPB) entre os trabalhadores agrícolas em 23 quintas distribuídas por três áreas nas Províncias do Limpopo e de Mpumalanga, África do Sul.

http://iom.org.za/site/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=173&Itemid=238

C.7 Migração e ambiente

População alvo

A relação entre migração e ambiente pode ser abordada de diferentes ângulos de investigação: os estudos podem destinar-se a medir o impacto do ambiente sobre os actuais movimentos populacionais, centrando-se particularmente em pessoas vulneráveis ou deslocadas; prever futuras tendências de migração e as respectivas implicações para a redução de risco de desastres e planos de adaptação a alterações climáticas para reduzir o impacto dos factores ambientais em mudança; ou produzir a modelação baseada no agente na tentativa de prever o comportamento das pessoas relativamente às alterações climáticas (OIM, 2009b).

Termos como refugiados devido a alterações ambientais/climáticas ou pessoas deslocadas devido ao ambiente, que caracterizam movimentos como a migração forçada, são utilizados frequentemente para descrever a categoria de pessoas que migram devido a factores ambientais. No entanto, tal definição não considera as pessoas que vivem num local onde o ambiente muda gradualmente e, assim, frequentemente não representa o único impulsionador da migração (GMF, 2010). Para além disso, termos como refugiados devido a alterações ambientais/climáticas não têm base legal relativamente à legislação internacional sobre refugiados, o que poderia minar e potencialmente prejudicar o regime legal internacional para a protecção dos refugiados.

Se um estudo se focar nas pessoas que se mudaram em resposta a alterações ambientais no respectivo habitat habitual, é essencial definir claramente os conceitos de "ambiente" e "migrante". Na ausência de uma definição acordada internacionalmente, o projecto Olhar no futuro: Migração e câmbio ambiental mundial (Foresight : Migration and Global Environmental Change) desenvolveu um rascunho para “migração influenciada pelo câmbio ambiental” “onde o câmbio pode ser identificado como um factor influenciador de migração, e é por isso um factor na decisão de migrar. Este rascunho reconhece que a migração está acontecendo na maioria das partes do mundo como consequência destes factores influenciadores. A decisão de migrar é influenciada por cinco amplas categorias de ‘factores influenciadores’: económico, social, ambiental, demográfico e político. Esta influência é mais pronunciada para factores económicos, ambientais e, num ponto menor, políticos.” (Foresight: Migration and Global Environmental Change, 2011) Esta definição inclui movimentos internacionais e internos, sendo que as provas demonstraram que a migração ambiental costuma ter lugar no mesmo país ou junto da fronteira nacional mais próxima. Outros critérios úteis para definir a população alvo são as dimensões temporais e espaciais do processo ambiental e a respectiva resposta migratória, conforme ilustrado na tabela 6:

Tabela 6: Escalas espaciais e temporais de processos ambientais e migratórios

Processos ambientais		Resposta migratória	
Tempo	Espaço	Tempo	Espaço
Gradual Súbito	Local Nacional Global	Temporário Sazonal Anual Permanente	Local Rural para rural Rural para urbano Urbano para rural Internacional

Fonte: OIM, 2009c.

Sugestões para métodos de investigação

A migração induzida pelo ambiente inclui movimentos forçados que ocorrem na sequência de eventos locais súbitos (por exemplo sismos, tsunamis ou erupções vulcânicas), mas também de movimentos voluntários como resultado de eventos locais graduais (por exemplo desertificação, subida do nível do mar, seca). No entanto, no caso da migração na sequência da degradação ambiental local gradual, que representa a maior quota de migração impulsionada pelo ambiente, as alterações ambientais costumam estar relacionadas com outros factores económicos ou sociais que fazem com que seja particularmente difícil e desafiante levar a cabo uma investigação precisa. Idealmente, os estudos deveriam destinar-se a isolar as variáveis ambientais para comprovar a respectiva força impulsionadora; consultar as informações sobre o projecto EACH-FOR como exemplo.

Tal como mencionado, estudar a relação entre migração e ambiente pode envolver diferentes abordagens e vários tipos de migrantes. A tabela 7 ilustra a relação migração-ambiente, ao passo que a tabela 8 resume possíveis ferramentas de avaliação da investigação de acordo com os objectivos de investigação principais:

Tabela 7: Descrição geral abrangente da relação migração-ambiente

Impacto		do ambiente sobre a migração				da migração sobre o ambiente	
Processos e eventos		Não forçados	Forçados	Internos	Externos	Origem	Destino
Degradação ambiental	Fase preliminar	Maioria de migrantes ambientais. Temporários e permanentes	NA	Maioria de migrantes ambientais (como a migração rural-urbana)	Principalmente regional. Impacto da incidência na migração internacional	Permite a regeneração ambiental	Possíveis impactos positivos e negativos em função do nível de integração socio-económico do migrante ambiental
	Etapa de não regresso	NA	Geralmente permanente. Potencial necessidade de reinstalação planificada			NA	
Eventos (catástrofes naturais)		NA	Geralmente em grande escala e temporários	A grande maioria das pessoas deslocadas corresponde a migrantes internos	Casos possíveis mas limitados de deslocamentos transfronteiriços (principalmente temporários)	Possibilidade de retorno e reconstrução sustentável	Impacto negativo sobre o ambiente e as comunidades de acolhimento se forem massivos e não atenuados

Fonte: IOM, em breve.

Tabela 8: Características das diferentes abordagens para avaliar a relação migração-ambiente

Tipo de migração	Deslocamento → Estratégia de adaptação			
Tipo de avaliação	Impacto	Vulnerabilidade	Adaptação	Integração
Objectivos científicos	Impactos sobre a migração tendo em conta o clima futuro	Processos que afectam as vulnerabilidades às alterações climáticas capazes de conduzir à migração	Processos que afectam o número de pessoas que recorrem à migração como estratégia de adaptação	Interacções e feedback entre impulsionadores da migração e impactos sobre a migração
Objectivos práticos	Acções para reduzir os riscos	Acções para reduzir a vulnerabilidade	Acções para melhorar a adaptação	Opções e custos em termos de política nacional, regional e mundial
Métodos de investigação	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem padrão Métodos de impulsionadores-pressão-estado-impacto-resposta (DPSIR) Avaliação do risco relacionado com o perigo, SIG 	<ul style="list-style-type: none"> Indicadores e perfis de vulnerabilidade Riscos climáticos passados e presentes Análise dos meios de subsistência Métodos baseados no agente Métodos narrativos Percepção do risco, incluindo limiares críticos Desempenho da política de desenvolvimento/sustentabilidade Relação de capacidade adaptativa para o desenvolvimento sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Modelação de avaliação integrada Interacções trans-setoriais Integração do clima com outros impulsionadores Debates com os intervenientes Ligação de modelos por tipos e escalas Combinação de abordagens/métodos de avaliação 	
Domínios espaciais	De cima para baixo global -> local	De baixo para cima local -> regional (as abordagens macro-económicas são de cima para baixo)		Através das escalas – global/regional/nacional
Tipos de impulsionadores ambientais directos	Subida do nível do mar	Cheias, tensão hídrica		Alteração dos padrões e da distribuição de precipitação
Tipos de impulsionadores ambientais indirectos	Programas estatais de transferência	Alterações ao nível da segurança alimentar		Alterações das oportunidades de emprego

Exemplos	Nicholls et al., 2008	McLeman e Smit, 2006; Smith et al., 2008	Black et al., 2008
-----------------	-----------------------	--	--------------------

Fonte: Adaptado de Carter et al., 2007 em OIM, 2009c.

Para os estudos de avaliação sobre a Redução de risco de desastres e Adaptação às alterações climáticas, o método de investigação adequado dependerá sobretudo do âmbito do estudo (da Redução de risco de desastres ao desenvolvimento sustentável), da relevância dos factores relacionados com o clima e do grupo alvo da investigação (grupos vulneráveis, comunidade local, etc.). É recomendável adoptar abordagens integradas focadas nas causas de vulnerabilidade, desenvolver estratégias para evitar riscos e melhorar a gestão dos riscos, planear e desenvolver estratégias de subsistência resilientes ao clima, etc. Para os países ACP sem investigação anterior relativamente a esta área, a análise da capacidade e vulnerabilidade (VCA) pode representar um ponto de partida útil para compreender e estabelecer prioridades relativamente às vulnerabilidades, aos riscos e às capacidades, bem como capacitar as comunidades locais para o desenvolvimento de ferramentas de gestão de riscos. As ferramentas de avaliação adicionais são indicadas abaixo.

Para além dos estudos de avaliação do impacto do ambiente sobre a migração, foram realizados estudos relacionados sobre a vulnerabilidade e a adaptação, no sentido de prever futuras alterações comportamentais em resposta ao impacto da alteração climática. As duas abordagens mais comuns para examinar a ligação entre os factores climáticos e o comportamento migratório consistem na abordagem dos meios de subsistência sustentáveis (Sustainable Livelihoods Approach, SLA), que se destina a compreender de que modo os agregados respondem às vulnerabilidades externas, e a abordagem da nova economia da migração laboral (New Economics of Labour Migration, NELM) que se foca sobretudo nos motivos para migrar. Apesar de revelarem os diferentes factores que influenciam a migração, estas abordagens não produzem estimativas relativamente ao número esperado de futuros migrantes. Os métodos quantitativos, tais como a regressão estatística e a modelação baseada no agente (ABM), permitem desenvolver projecções e simular o futuro comportamento de indivíduos e agregados aos factores climáticos em mudança. Por fim, através de diferentes modelos climáticos do Sistema de Informação Geográfica (SIG), os dados podem ser combinados com dados espaciais que permitem analisar e apresentar visualmente o impacto da alteração climática sobre a migração (OIM, 2008).

É importante ter em conta que investigar a relação entre a migração e o ambiente não consiste apenas em estudos ad-hoc específicos. As questões relacionadas com o ambiente podem ser integradas nos inquéritos de amostragem existentes (por exemplo inquérito relativo ao agregado familiar ou à saúde) que já estão a recolher informações sobre migrantes. Os possíveis temas abrangidos incluem a utilização e distribuição de terrenos, ocupação, erosão do solo, precipitação e cheias/seca, entre outros (cf. Bilsborrow, R. em OIM, 2009c).

Exemplos (avaliar o impacto das alterações ambientais no comportamento dos migrantes)

O projecto sobre alterações climáticas e cenários de migração forçada (EACH-FOR) procurou isolar o ambiente como impulsionador da migração através de uma série de inquéritos em pequena escala em 23 países (incluindo vários países ACP – por exemplo Haiti, Nigéria, Senegal, Tuvalu). Para além de algumas limitações metodológicas, o projecto EACH-FOR representa um exercício valioso que poderia ser replicado com uma amostra representativa ao nível nacional. O projecto reuniu dados primários recolhidos através de entrevistas no terreno especializadas e semi-estruturadas, bem como questionários para migrantes e não migrantes. A tabela 9 resume os passos da investigação e as questões de design verificadas ao longo do projecto EACH-For (para obter detalhes, consultar <http://www.each-for.eu/index.php?module=main> e o Capítulo IV em OIM, 2009c).

Tabela 9: Passos de investigação e questões de concepção do Projecto EACH-FOR

Passo	Descrição	Questão de design
1. Hipótese	<ul style="list-style-type: none">▪ Sinal ambiental perceptível na migração actual. Hipótese nula: nenhum sinal ambiental perceptível na migração actual.	<ul style="list-style-type: none">▪ Como determinar se o sinal ambiental é perceptível nos padrões de migração?▪ Como avaliar ou medir os sinais ambientais?
2. Variáveis	<ul style="list-style-type: none">▪ Variável independente estudada: alteração ambiental▪ Variável dependente: migração	<ul style="list-style-type: none">▪ Como isolar a variável independente da alteração ambiental?▪ Como determinar que a presença da variável independente causou a variável dependente?
3. Grupo de intervenção e grupo de controlo	<ul style="list-style-type: none">▪ O grupo de intervenção é composto por pessoas sujeitas à alteração ambiental▪ O grupo de controlo é composto por pessoas não sujeitas à alteração ambiental	<ul style="list-style-type: none">▪ Como isolar o grupo de controlo não sujeito a alteração ambiental (variável independente)?
4. Introdução da intervenção	<ul style="list-style-type: none">▪ Alteração ambiental	<ul style="list-style-type: none">▪ Não é possível controlar a alteração ambiental; é necessário seleccionar cuidadosamente os países sujeitos a estudos de casos.
5. Medição de variáveis dependentes no grupo de intervenção e no grupo de controlo	<ul style="list-style-type: none">▪ A migração ocorreu quando o ambiente se alterou?	<ul style="list-style-type: none">▪ Como demonstrar que a migração não teria ocorrido na ausência da alteração ambiental?

Fonte: OIM, 2009c.

Um bom exemplo para medir a mobilidade das pessoas em caso de desastres naturais é fornecido pelo estudo intitulado "Monitoring disaster displacement in the context of climate change" levado a cabo pelo Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA) e pelo Centro de monitorização de deslocação interna (IDMC) em 2009. A abordagem em três passos consistiu em reunir todas as informações sobre desastres numa base de dados (EM-DAT), desenvolver critérios para identificar os desastres com maior probabilidade de causar a deslocação e, por fim, analisar detalhadamente as informações disponíveis para o desastre identificado como relevante (IDMC, 2009).

O relatório do estudo *"Assessing the Evidence: Environment, Climate Change and Migration in Bangladesh"* é outro contributo valioso no campo da migração e do ambiente. Representa uma ferramenta útil para promover a coerência das políticas nesta área temática, disponibilizando possíveis formas de incluir a migração induzida pelo ambiente na política de gestão da migração geral no Bangladesh e incluir a migração nas políticas nacionais sobre a Redução de risco de desastres, alteração ambiental e climática.

O projecto intitulado "The Other Migrants: reducing migration pressure from gradual environmental change – environment and sustainable development in Mauritius" levado a cabo pela OIM, não só avaliou os impactos das alterações climáticas sobre os comportamentos migratórios identificando grupos/locais vulneráveis, como também sugeriu possíveis projectos piloto que possam oferecer soluções alternativas àqueles cujos meios de subsistência estão ameaçados pelos impactos da alteração climática, ou seja, novas actividades para pequenas e médias empresas como forma de adaptação. Uma vez que traduzir a adaptação para acções pragmáticas representa um desafio essencial, o estudo também desenvolve uma estrutura para melhor avaliar o projecto piloto baseado no ambiente de escala local para adaptações à alteração climática, assegurando que os projectos sugeridos são relevantes para adaptação (OIM, em breve).

A tabela 10 fornece uma descrição geral da estrutura/das directrizes e dos projectos piloto identificados, ao passo que a tabela 11 avalia cada um dos mesmos à luz da estrutura de adaptação. Um sistema de pontos baseado em directrizes permite atribuir uma classificação a cada projecto piloto, reflectindo a compatibilidade do projecto com o objectivo de adaptação da comunidade. O objectivo não consiste em classificar os projectos piloto para destacar quais deveriam ter prioridade, mas antes demonstrar que vários tipos de projectos poderiam adequar-se à adaptação à perspectiva de alterações ambientais actuais e futuras.

Tabela 10: Síntese das directrizes da estrutura de adaptação às alterações climáticas

(1.) Dimensão socio-cultural

Os projectos piloto deveriam ser consistentes com os valores sociais e culturais das pessoas e deveriam corresponder às capacidades, competências e conhecimentos das comunidades.

- (1.1.) Consistentes com as características sociais e com os valores culturais (o que esperam as pessoas do presente e para o futuro)
- (1.2.) Localizados perto do local de residência da família/comunidade e não implicam deslocações da comunidade (ou parte da mesma) durante longos períodos de tempo
- (1.3.) Baseados nos conhecimentos e nas competências existentes (para evitar uma adaptação incorrecta do ponto de vista socio-cultural) ‘
- (1.4.) Não necessitam que sejam desenvolvidas novas competências demasiado complexas

(2.) Dimensão ambiental

Os projectos piloto deveriam ser consistentes com a natureza e a dinâmica dos ecossistemas locais e deveriam ter em conta as potenciais ameaças da alteração climática sobre as condições ambientais.

- (2.1.) Não degradam o ambiente directo (através da sobreexploração, degradação de recursos, destruição de habitats, etc., o que traduz a ideia de evitar a adaptação incorrecta ao ambiente) ‘
- (2.2.) Também não degradam o ambiente indirecto.
- (2.3.) Favorecem a função de protecção dos ecossistemas relativamente aos actuais perigos naturais e ameaças relativas à alteração climática (tais como zonas tampão junto à costa)
- (2.4.) Têm em conta a variedade de incertezas relativas aos impactos da alteração climática à escala local, preservando alguma margem de ajuste.
- (2.5.) Não estão centrados em reduzir as emissões de gases de estufa, mas antes em adaptarem-se às alterações ambientais

(3.) Dimensão económica

Os projectos pilotos deveriam ser economicamente viáveis.

- (3.1.) Permitem que as comunidades locais vulneráveis melhorem ou pelo menos mantenham os respectivos rendimentos
- (3.2.) Asseguram um determinado nível de diversificação das actividades e fontes de rendimento
- (3.3.) São consistentes com as projecções relativas às alterações ambientais (para evitar a adaptação incorrecta ao nível económico)

(4.) Dimensão institucional, legal e administrativa

Os projectos piloto deveriam ser consistentes com a estrutura legal, administrativa e institucional nacional.

(4.1.) Inserem-se na estrutura de empreendedorismo nacional

(4.2.) Inserem-se na estrutura legal nacional

(4.3.) Idealmente, são relativamente fáceis de formalizar ou, pelo menos, beneficiariam de apoio administrativo.

Fonte: IOM, em breve.

10. Patchwork																	12.0
11. Artesanato local																	11.0
12. Jardinagem em telhados																	6.5
13. Compostagem																	6.0
<i>Alguns exemplos de projectos piloto para mitigar a alteração climática (que não se inserem na estrutura de adaptação)</i>																	
.... Empresa de instalação de sistemas de aquecimento de água solares																	3.5
.... Empresa de produção de fertilizante orgânico																	3.5
.... Profissionais encarregados da reciclagem do plástico																	4.0

* Relativamente à adaptação às alterações ambientais actuais e futuras

** Estas classificações são meramente indicativas e podem alterar-se ligeiramente de um avaliador para outro.

Legenda:

O projecto piloto insere-se nas directrizes que se seguem		Equivalência de pontos
	Sem dúvida	1
	Potencialmente, dependendo de como é concebido, implementado e gerido	0.5
	Nenhuma relação específica entre o projecto piloto e a directriz	0
	Efeito contraproducente: o projecto piloto actua contra a directriz	- 1

Fonte: IOM, em breve.

Ligações úteis

Directrizes

Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence (F. Laczko e C. Aghazarm, eds). OIM, Genebra, 2009.

http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf

Linking climate change, environmental degradation and migration: a methodological overview. Preparado por E. Piguet, *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(4): 517–524, Julho/Agosto de 2010. Introduce uma tipologia que identifica seis famílias de métodos de investigação e apresenta as principais características técnicas e resultados empíricos de cada família de métodos.

A análise da capacidade e vulnerabilidade climática (CVCA) destina-se a analisar a vulnerabilidade à alteração climática e a capacidade adaptativa ao nível local, combinando conhecimentos comunitários e dados científicos para alcançar uma maior compreensão relativamente aos impactos da alteração climática ao nível local.

www.careclimatechange.org/cvca

A análise da capacidade e vulnerabilidade (VCA) ajuda a compreender e estabelecer prioridades relativamente a vulnerabilidades, riscos e capacidades, capacitando as comunidades a desenvolver soluções de gestão de risco. A VCA não é prescritiva, mas consiste numa caixa de ferramentas adaptada ao contexto local.

<http://www.ifrc.org/Docs/pubs/disasters/resources/preparing-disasters/vca/vca-toolbox-en.pdf>

A avaliação de riscos para a comunidade (CRA) utiliza métodos de investigação de acção participativa para que as comunidades assumam o papel principal na avaliação, no planeamento activo, no design, na implementação e na avaliação de actividades destinadas a reduzir o risco de desastre para a comunidade. A CRA centra-se em identificar os grupos mais vulneráveis da comunidade e explora as capacidades locais que podem utilizar-se para melhorar a resiliência dos membros da comunidade.

<http://www.proventionconsortium.org/?pageid=43>

A CRISTAL (Community Based Risk Screening Tool – Adaptation & Livelihoods) é uma ferramenta de apoio à tomada de decisões para avaliar e melhorar os impactos do projecto sobre a capacidade adaptativa local à variabilidade e alteração climática.

<http://www.cristaltool.org/content/download.aspx>

Guidance on Disaster Risk Reduction indicators measuring the Reduction of Disaster Risks and the Implementation of the Hyogo Framework for Action (orientação sobre os indicadores de redução de risco de desastre que medem a redução dos riscos de desastre e a implementação da estrutura de acção Hyogo).

http://www.preventionweb.net/files/2259_IndicatorsofProgressHFA.pdf

http://www.preventionweb.net/files/2259_IndicatorsofProgressHFAannexes.pdf

Monitoring Environment and Security: Integrating concepts and enhancing methodologies (monitorização do ambiente e da segurança: integração de conceitos e melhoria de metodologias). Um documento baseado nas actas do seminário "Environment and Conflict: Evaluating and strengthening the means of interdisciplinary cooperation" (ambiente e conflito: avaliar e fortalecer os meios de cooperação interdisciplinar), BICC/GMOSS, Bona 2007, debatendo a segurança ambiental e as questões relativas à relevância do conflito da alteração ambiental e, em particular, os potenciais benefícios da aplicação de tecnologias de detecção remota (RS) disponíveis nesta área de investigação.

<http://www.bicc.de/uploads/pdf/publications/briefs/brief37/brief37.pdf>

A Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) identifica os impactos ambientais (benéficos ou não) das actividades de desenvolvimento públicas e privadas. Enquanto o foco da AIA costuma ser predominantemente ambiental (biofísico), a Avaliação do Impacto Social (AIS) concentra-se nos aspectos sociais e económicos. A AIS pode utilizar-se como avaliação independente, mas costuma combinar-se com a AIA enquanto avaliação do impacto ambiental e social. Para obter uma descrição relativamente aos procedimentos da AIA e da AIS, consultar

<http://www.environmental-mainstreaming.org/tool-profiles.html>

Recentemente, foram adoptadas Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) fornecendo avaliações ambientais de políticas, estratégias, planos e programas. Apesar de não substituir as práticas da AIA ao nível do projecto, a AAE é amplamente considerada um pré-requisito para práticas de AIA eficazes, especialmente em países onde as considerações ambientais ainda não foram inseridas nas estruturas de políticas nacionais. Para obter detalhes, consultar o manual de orientação sobre AAE na cooperação para o desenvolvimento (Guidance on SEA in Development Cooperation) desenvolvido pela *CAD da OCDE* equipa ambiental dedicada a AAE (Environment Task Team on SEA) <http://www.seataskteam.net>

Boas práticas

Assessing the Evidence: Environment, Climate Change and Migration in Bangladesh. OIM, Genebra, 2010.

http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=631

Monitoring disaster displacement in the context of climate change. IDMC/OCHA/NRC, Genebra, 2009.

[http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/\\$file/monitoring-disaster-displacement.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/$file/monitoring-disaster-displacement.pdf)

Disaster risk reduction, climate change adaptation and environmental migration. A policy perspective, OIM, Genebra, 2010.

http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/activities/env_degradation/DRR-CCA-Policy-Paper-Final.pdf

REFERÊNCIAS

- Centro de monitorização de deslocação interna (IDMC)
2009 *Monitoring disaster displacement in the context of climate change*. IDMC/OCHA/NRC, Genebra.
[http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/\\$file/monitoring-disaster-displacement.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/$file/monitoring-disaster-displacement.pdf)
- Crush, J. et al.
Diaspora on the Web: New networks, new methodologies. South Africa Migration Project (SAMP) (publicação em breve).
- Danailova-Trainor, G. e F. Laczko
2010 *Trafficking in Persons and Development: Towards Greater Policy Coherence. International Migration*, 48(4): 38–83.
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2010.00625.x/pdf>
- Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento (FGMD)
2008 *Empowering Migrants and Diasporas to Contribute to Development*. Documento de referência, Mesa redonda 1 – Sessão 1.2, FGMD 2008, Manila.
- Fundação Walter e Duncan Gordon
2007 *Diaspora Engagement in Peace-Building and Development in Home and Host Countries, Toolkit for Community-Based Research (CBR) Practitioners*. Preparado por B.H. Belai, Citizenship Programme, Diaspora and Transnational Communities, Toronto.
http://www.gordonfn.org/resfiles/CBR_Tool_Final_Report.pdf
- German Marshall Fund dos Estados Unidos (GMF)
2010 *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. F. Laczko, Equipa de estudo sobre a migração induzida pelo clima, Junho de 2010.
http://www.gmfus.org/galleries/default-file/Laczko_MAH_EditsV2.pdf
- Instituto de investigação em políticas públicas (Institute for Public Policy Research, ippr) e rede de desenvolvimento global (GDN)
2010 *Development of the Move: Measuring and Optimizing the Economic and Social Impacts of Migration*. ippr-GDN, Londres.

2007 *Mapping the Development Impacts of Migration, Development on the Move*. Working Paper 1, por L. Chappell e D. Sriskandarajah, ippr-GDN, Londres.

McFarland, W. et al.

2010 Progress in HIV research in the Middle East and North Africa: new study methods, results, and implications for prevention and care. *AIDS*, 4 (Suplemento 2): 61–67.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2001 *Migration Health Services Medical Manual*. Edição de 2001, OIM, Genebra.
- 2004 *IOM Research Manual*. Edição de 2004, Genebra.
- 2006 *Engaging Diasporas as Development Partners for Home and Destination Countries: Challenges form Policymakers*. Preparado por D. Ionescu, Migration Research Series (MRS) N.º 26, OIM, Genebra.
http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/mrs26%20interior.pdf
- 2007a *The IOM Handbook on Direct Assistance for Victims of Human Trafficking*. OIM, Genebra.
http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/CT%20handbook.pdf
- 2007b Nota de trabalho: Migração e Ambiente (MC/INF/288).
http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/about_iom/en/council/94/MC_INF_288.pdf
- 2008 *Migration, Environment and Climate Change: Improving Methodologies to Estimate Flows*. Preparado por Kniveton et al., Migration Research Series (MRS) N.º 33, OIM, Genebra.
http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=85
- 2009a *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*. Preparado por S. P. Alvarez Tinajero, Migration Research Series (MRS) N.º 39, OIM, Genebra.
http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=567
- 2009b *Migration, Environment and Climate Change: Resumo de políticas da OIM*, Genebra.
http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/policy_and_research/policy_documents/policy_brief_envmig.pdf
- 2009c *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence* (F. Laczko e C. Aghazarm, eds). OIM, Genebra.

http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf

- 2010 *The Future of Migration: Building Capacities for Change*. World Migration Report 2010, OIM, Genebra.
<http://www.iom.int/jahia/Jahia/world-migration-report-2010>
- Internal Guidelines on basics in research methodology. Divisão de investigação, OIM, Genebra (não publicado).
- Internal Guidelines on research with Victims of Human Trafficking. Divisão de investigação, OIM, Genebra (não publicado).
- The Other Migrants: reducing migration pressure from gradual environmental change – environment and sustainable development in Mauritius*. OIM, Genebra (publicação em breve).

Organização Internacional para as Migrações (OIM) e comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC)

- 2009 *Data Assessment of Labour Migration Statistics in the SADC region: South Africa, Zambia, Zimbabwe*. Preparado por J. Schachter.
http://www.google.co.uk/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fiom.org.za%2Fsite%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D155&ei=yeoxTdLLYfGswaT2_ywCg&usg=AFQjCNFOQysmnGEqFn4Obv9Y0OP_M0aoBQ

Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Ministério Federal do Interior da Áustria (BMI)

- 2009 *Guidelines for the Collection of Data on Trafficking in Human Beings, including Comparable Indicators*. OIM-BMI, Viena.
http://www.iomvienna.at/index.php?option=com_content&view=article&id=322:die-richtlinien-zur-datensammlung-im-bereich-menschenhandel-inklusive-komparativer-indikatoren&catid=47:menschenhandel&Itemid=78&lang=en

Observatório ACP das Migrações
20, rue Belliardstraat (7º andar)
1040 Bruxelas - Bélgica
Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49
ROBrusselsACP@iom.int - www.acpmigration-obs.org

Uma iniciativa do Secretariado ACP, implementada pela IOM,
financiada pela União Europeia e com o apoio financeiro da Suíça



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Observatório ACP das Migrações

20, rue Belliardstraat (7^o andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - www.acpmigration-obs.org



International Organization for Migration (IOM)
Organisation internationale pour les migrations (OIM)
Organizacja międzynarodowa imigracji i uchodźców (OIM)



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun Svizra
Swiss Confederation

Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

IOM Development Fund
Development Initiatives in
Migration Engagement

